

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**
PORTUGAL



NOTÍCIAS

03 Jan./Fev./Mar. 2009
Publicação trimestral • Série V • P.V.P €1.75



DE EXIJA DIGNIDADE ((EXIJA DIGNIDADE)) EXIJA DIGNIDADE EXI

DOSSIER

Campanha da Dignidade: Direitos Humanos = Menos Pobreza

AS FAVELAS NO BRASIL

Entre a violência e o crime, as mulheres procuram a normalidade

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Trinta e cinco anos depois do 25 de Abril ainda há medo entre os portugueses

ÍNDICE

03. EDITORIAL

04. ENTREVISTA

Alfredo Bruto da Costa, autor do livro *Um Olhar sobre a Pobreza*, falou ao “Notícias da Amnistia Internacional” sobre as condições de vida na sociedade portuguesa

07. RETRATO

Guadalupe Marengo, Directora da Campanha “Exija Dignidade”, que vai ser lançada em Maio, é agora um dos rostos mais influentes da organização

09. EM FOCO

11. DOSSIER

Direitos Humanos = Menos Pobreza.

É esta a ideia que está na base da próxima grande Campanha da Amnistia Internacional, que vai ser lançada em Maio. “Exija Dignidade”

20. PRESTAÇÃO DE CONTAS

22. EM ACÇÃO INTERNACIONAL

Nas violentas favelas brasileiras, as mulheres procuram uma vida normal. No entanto, estão particularmente vulneráveis à violência perpetuada pelos grupos criminosos e pelas forças policiais.

24. EM ACÇÃO NACIONAL

Conhecer por dentro o Núcleo de Estremoz e o Núcleo do Oeste/ Caldas da Rainha da Amnistia Internacional Portugal

26. EM ACÇÃO JOVEM

28. BOAS NOTÍCIAS

29. APELOS MUNDIAIS

32. AGENDA

33. CARTOON

34. CRÓNICA

Rui Costa Pinto, que alega ter sido vítima de censura 35 anos depois do 25 de Abril, escreve “Em nome da liberdade”

FICHA TÉCNICA

- **Propriedade:** Amnistia Internacional Portugal
- **Director:** Presidente da Direcção, Lucília José Justino
- **Equipa Editorial:** Cátia Silva, Irene Rodrigues, Pedro Krupenski
- **Colaboram neste número:** Departamento de Angariação de Fundos e Financeiro,

Katia Saura, Lucília José Justino, Nádya Oliveira, Rede Jovem da Amnistia Internacional, Rodrigo de Matos, Rui Costa Pinto, Sara Coutinho

- **Revisão:** Cátia Silva, Irene Rodrigues, Luísa Marques, Pedro Krupenski
- **Concepção Gráfica e Paginação:** Maria João Arnaud
- **Impressão:** Relgráfica Artes Gráficas

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**
PORTUGAL



Avenida Infante Santo, 42 – 2.º
1350-179 Lisboa
Tel.: 213 861 652
Fax: 213 861 782

Email: boletim@amnistia-internacional.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários.

EDITORIAL

A Dignidade

Por Lucília José Justino, Presidente da Direcção



Este número do Notícias tem como tema enquadrador a Dignidade, que constitui, também, o objecto da próxima grande campanha mundial da Amnistia Internacional.

A Dignidade, enquanto tal, não aparece listada como um dos direitos enunciados na Declaração Universal, mas o seu reconhecimento está na base de todos os outros, constituindo, segundo refere, o “fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

O Artigo 1º da Declaração diz que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, mas é conhecido de todos, que milhões de pessoas vivem sem usufruto de direitos e em situações de verdadeira indignidade humana, em particular no que se refere aos direitos económicos, sociais e culturais – sem

cuidados sanitários mínimos, sem acesso a água, alimentação, educação, cuidados médicos, abrigo, emprego, sobrevivendo em pobreza absoluta, sem condições de vida e sem qualquer futuro diferente em perspectiva.

No entanto, a pobreza não é uma inevitabilidade, ou uma fatalidade do destino, mas, sobretudo, o resultado de más políticas, de maus governos, de violência, desigualdades e injustiças. É possível lutar contra a miséria, o atraso social e as iniquidades políticas, mas é necessário dar visibilidade a essas situações, sensibilizar a opinião pública para esse combate, defender melhores políticas, exigir mais transparência pública aos decisores, responsabilizar os agentes políticos e económicos que a alimentam e, fundamentalmente, mobilizar e aumentar a participação cívica na defesa dos direitos ofendidos, com o envolvimento activo das próprias vítimas.

Da dignidade humana em Portugal e da esperança que o 25 de Abril trouxe, também, nos ocupámos, desde “a madrugada que eu esperava”, como escreveu Sophia. A liberdade de imprensa é abordada na perspectiva de um jornalista, que, felizmente, já não foi visado pelo lápis azul da censura da ditadura – mesmo que em democracia muitas questões essenciais continuem longe do grande público.

Continua a haver muito que fazer. Também a solidariedade é um direito e um dever.

Continuamos a contar convosco para ir mais longe. Nesta Obra. ✎

“O Homem não é uma inutilidade num mundo feito, mas o obreiro de um mundo a fazer”

Leonardo Coimbra

ENTREVISTA

Alfredo Bruto da Costa, Presidente do Conselho Económico e Social

Desde 2003 à frente do órgão constitucional que promove a participação dos agentes económicos e sociais nos processos de decisão políticos, Alfredo Bruto da Costa dedica parte da sua vida ao estudo e investigação sobre questões relacionadas com a pobreza. Autor do livro *Um Olhar sobre a Pobreza*, falou ao “Notícias da Amnistia Internacional Portugal” sobre esta realidade, na véspera do lançamento da grande campanha da organização: “Exija Dignidade”

Por Cátia Silva



“A pobreza é uma violação aos direitos humanos”

© AI Portugal

Amnistia Internacional (AI): Normalmente as pessoas associam a pobreza à África Subsariana mas no seu livro fala na pobreza em Portugal. Falamos aqui de um outro tipo de pobreza?

Alfredo Bruto da Costa (ABC): É um grau diferente de pobreza. A ideia de pobreza tem sempre por trás a noção de que uma pessoa, para viver, precisa de um mínimo de condições de vida. Os estudos de pobreza tentam ver, em cada sociedade, o que é que constitui esse mínimo abaixo do qual uma pessoa não vive com dignidade.

AI: É então tendo isso em conta que diz, no seu livro *Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, que quase metade da população portuguesa (46%) está vulnerável à pobreza...

ABC: Exacto. Isso porque no período de seis anos que estudámos [entre 1995 e 2001] quase metade da população portuguesa tinha sido pobre em pelo menos um ano.

AI: Isso explica a disparidade entre esse valor e um outro que tem sido

divulgado e que aponta para uma taxa de pobreza em Portugal na ordem dos 18%...

ABC: Sim. Porque a pobreza não é só a persistente [que ronda os tais 18%]. Em muitos casos a pobreza é uma situação em que a pessoa nasce, vive e morre na pobreza, mas há outros casos de pessoas que ao longo da sua vida entram e saem da pobreza. E esta é uma situação que deve merecer, por parte das políticas de combate à pobreza, uma atenção igual àquela que tem a chamada pobreza persistente.

AI: Isto porque, seja como for, um pobre é sempre alguém a quem em determinado momento da vida faltam os recursos mínimos para viver. Correcto?

ABC: Sim. Nos meus estudos defino pobreza como sendo uma situação de carência motivada por falta de recursos. Porque pode haver uma pessoa que tenha recursos e que viva mal porque não sabe administrar o seu dinheiro, ou porque gasta onde não deve e depois não tem para comer, ou porque tem dependências com drogas ou álcool, etc.

AI: Não chamaria então pobres a estas pessoas, cada vez mais comuns nos dias de hoje, a que muitos chamam «novos pobres»...

ABC: Digo que são pessoas que vivem carenciadas, mas não por razões de pobreza. Nem toda a carência é pobreza, no meu modo de ver. E convém distinguir esta das outras situações, porque as

soluções são muito diferentes. Para uma pessoa que vive mal porque não tem recursos, tenho de resolver o problema da carência imediata, mas isso não basta, pois tenho de fazer com que a pessoa se torne auto-suficiente. Se uma pessoa tem recursos e não sabe utilizá-los correctamente, a solução não passa por isto.

AI: No seu livro fala ainda de um outro tipo de pobres, que, apesar de trabalharem, de terem um salário, são pobres porque não recebem o suficiente para satisfazerem as suas necessidades básicas...

ABC: Exactamente, mas este não é um novo tipo de pobres e não é uma situação que esteja ligada à crise. É antiga em Portugal e é um caso de pobreza persistente.

AI: No seu livro fica ainda provado que há maior incidência de pobres na zona rural (57,5% dos pobres), quando muitas vezes se associa a pobreza aos bairros degradados das grandes cidades (onde estão 38,4% dos pobres)...

ABC: Exacto. Normalmente o que acontece, embora isto esteja a deixar de ser costume, é pensarmos que nos meios rurais as pessoas conseguem aguentar-se melhor, porque há uma solidariedade informal, ao nível de parentes e vizinhos, coisa que não acontece nos centros urbanos. A minha ideia é que nas cidades o pobre está mais isolado e não pode contar com grandes ajudas informais. Nesse aspecto pode ser diferente o rural do urbano, embora haja quem diga que a solidariedade informal em Portugal também está a cair em desuso.

AI: Essa solidariedade é tanto mais importante se ressalvamos que as pessoas que estão mais vulneráveis à pobreza são as crianças e jovens (73%) e os idosos (cerca de 70%). Ou seja, pessoas dependentes.

ABC: Exactamente, embora o que também tenha sido curioso ver nos estudos é que a pobreza atinge todas as idades. Nenhum grupo etário fica livre da pobreza, mas efectivamente a vulnerabilidade está mais nos extremos.

AI: O seu livro apresenta ainda dados chocantes relativos às condições de habitabilidade em Portugal. Assim, apesar de estarmos longe da realidade

africana, importa referir que a quase totalidade dos pobres portugueses não têm qualquer forma de aquecimento, que quase 40% não possui banheira ou chuveiro e que quase 30% não tem retrete em casa...

ABC: É verdade, mas o que para mim foi o mais curioso nas condições de habitabilidade é que fizemos um gráfico onde se demonstra quais as condições entre os pobres e quais as condições de habitabilidade entre os não pobres. O que se verifica é que as duas curvas são paralelas [ou seja, quando uma é maior, a outra também é]. Dá a impressão de que, naquilo em que somos fracos, são aspectos estruturais da sociedade. E nesses aspectos a curva dos pobres é mais baixa, o que é natural.

“A ideia de pobreza tem sempre por trás a noção de que uma pessoa, para viver, precisa de um mínimo de condições de vida”

AI: Sim, mas também é verdade que sendo a curva dos pobres sempre mais baixa, as condições em que vivem ajuda a perpetuar a sua situação de pobreza. Não é assim? Por exemplo, uma criança que não tem luz não pode estudar, alguém que vive numa casa fria adoce mais vezes e falta mais à escola ou ao trabalho...

ABC: Claro. Uma das noções importantes no conceito de pobreza é que as carências não aparecem isoladas. Há uma rede de carências. Uma puxa as outras. Isto porque a maior parte das coisas de que precisamos temos de comprar no mercado. Para isso precisamos de dinheiro. Assim, se não tenho dinheiro suficiente, sou carenciado em todos os aspectos que dependam de ter dinheiro para ir comprar no mercado.

AI: Recentemente, a Presidente do Banco Alimentar veio registar um aumento no número de pedidos de ajuda. Mas no seu livro é apontado que no primeiro estudo sobre pobreza em Portugal, de Manuela Silva, que data do tempo da ditadura, já se falava em pobres. Temos hoje mais ou menos pobreza?

ABC: O Banco Alimentar é um indicador de oscilações. O que eles dizem é que nos últimos tempos tem aumentado o número de pessoas que não iam ao Banco Alimentar e agora vão.

AI: Teremos então hoje mais casos pontuais e menos de pobreza permanente?

ABC: Antes era uma pobreza mais persistente, sim. Agora há mais pessoas a passar pela pobreza. Há sobretudo oscilações. Além disso, com os efeitos da crise, o tipo de pobreza vai ser ainda mais diversificado.

AI: Há quem diga ainda que com o desenvolvimento das novas tecnologias temos hoje um outro tipo de pobreza, em termos de capacidades, de infoexclusão...

ABC: A pobreza é sempre um problema de capacidades. É a teoria do Amartya Sen [economista indiano], que olha para os recursos como um meio para adquirir capacidades para funcionar normalmente na sociedade. Por outro lado, há uma outra maneira de olhar para o problema da pobreza, pensando na liberdade, um direito fundamental. É outra vez a ideia de Amartya Sen, que diz que uma pessoa que tem fome não é livre. Primeiro, não é livre de comer e, conseqüentemente, para fazer muitas outras coisas. Por isso eu costumo dizer que não faz sentido defender o direito à liberdade, sem defender o direito às condições para o exercício da liberdade. Assim chegamos à conclusão de que a pobreza é uma violação aos direitos humanos.

AI: Uma dedução lógica, mas só a 4 de Julho do ano passado a pobreza foi assim reconhecida pela Assembleia da República, na resolução n.º 31/2008. Os Estados, ou os Governos, já entendiam a pobreza como uma violação aos direitos humanos?

ABC: Não, ou melhor, pelo menos não de forma tão clara. E mesmo a resolução da Assembleia da República adoptada não foi clara. Diz que pode conduzir a que a pobreza seja vista como uma violação aos direitos humanos, mas não afirma que, em si própria, a pobreza constitui uma violação aos direitos humanos. Para mim, a Assembleia da República não foi tão longe quanto seria desejável.

AI: Mas mudaria alguma coisa ter ido mais longe?

ABC: Pode mudar, se depois se tirarem as consequências políticas disso, ou seja, se a ideia for depois convertida em legislação.

AI: Isso passaria, por exemplo, por definir uma linha de pobreza para Portugal?

ABC: Poderia ser, porque ao definirmos isso estaríamos a definir tacitamente um limiar de pobreza para Portugal. Temos hoje o Rendimento Social de Inserção [que pretende contribuir para a satisfação das necessidades essenciais e favorecer a inserção laboral, social e comunitária], mas este não garante que o seu valor seja o suficiente para viver, porque a lei não exige que este esteja referenciado àquilo que é necessário para uma pessoa viver. Seria um avanço muito grande definir o limiar da pobreza.

“Se transferíssemos 1% do consumo das pessoas 20% mais ricas para as 20% mais pobres, duplicava o consumo destes últimos”

AI: Mesmo sem esse valor definido, sabemos que ao nível da pobreza estamos na cauda da Europa, certo?

ABC: Estamos na cauda, embora Portugal não seja necessariamente o último. Faz concorrência com a Grécia, às vezes com a Irlanda,... Mas sim, é um dos que tem taxas de pobreza mais altas. Nos últimos 10 ou 15 anos temos vindo a reduzir esta taxa, mas a um ritmo muito baixo.

AI: Poderá essa redução estar ligada ao facto de o Governo estar mais alerta para a pobreza em Portugal?

ABC: Os valores que nós temos não nos permitem concluir nada, porque o último valor que temos é de 2005. Os inquéritos que são utilizados para estudar a taxa de pobreza produzem resultados com uma *décalage* muito grande. O importante seria os Governos terem inquéritos que fossem rápidos, que nos permitissem avaliar uma política na primeira metade do ano seguinte à sua aplicação.

AI: Seria essencial para perceber o

caminho a seguir...

ABC: Sim, porque a taxa de pobreza pode ter baixado, mas não sabemos se foi devido às políticas adoptadas ou a outros factores, como o crescimento económico, etc.

AI: Estamos então, em termos de políticas públicas, talvez numa fase ainda embrionária. No entanto, defende também que a sociedade tem um papel muito importante no combate à pobreza...

ABC: Muito importante mesmo...

AI: Numa entrevista que deu ao jornal Sol, publicada na edição de 7 de Fevereiro, afirma que “se transferíssemos 4% do consumo dos não pobres para os pobres, não havia necessidade de recursos em Portugal”...

ABC: Exactamente. E a nível mundial é até mais impressionante. Se transferirmos 1% do consumo dos 20% mais ricos para os 20% mais pobres, duplica o consumo destes últimos. E falamos do consumo e não dos rendimentos.

AI: Sendo tão simples assim, o que falta para se passar à prática? Os portugueses não estariam dispostos a ajudar?

ABC: Li um artigo de uma socióloga portuguesa, publicado há alguns anos, onde dizia que a ideia de que em Portugal há, de forma geral, uma “almofada” de apoio e ajuda, é falsa.

AI: Os portugueses, de forma geral, são pouco solidários?

ABC: A solidariedade dos portugueses existe para coisas eventuais, por exemplo, quando há uma campanha do Banco Alimentar ou de outra coisa. Coisas esporádicas. Mas se dissermos que vamos aumentar os impostos, por motivos de solidariedade, e que assim sistematicamente todos teríamos de dar, a sociedade portuguesa não quer.

AI: E para si, a solução para a pobreza passaria por esse aumento dos impostos?

ABC: Sim, também. Não quer dizer que ao nível voluntário não se recolham muitos fundos, mas isso torna a solução dependente da maior ou menor boa vontade. Não resolve o problema. Eu defendo que a

solidariedade tem de ser uma coisa institucionalizada e os mecanismos mais directamente relacionados com isso são, por um lado, os impostos, por outro, a segurança social.

AI: A esse nível pagariam mais os que mais podem...

ABC: Claramente.

AI: Perante as soluções que aponta e diante do que tem sido feito, o que é possível esperar para o futuro em termos da pobreza em Portugal?

ABC: A esperança depende de vários factores, alguns dos quais não dependem de nós. Por exemplo, a nossa economia depende muito das exportações e se os países para onde exportamos se retraírem a esse nível, não podemos fazer nada senão o que algumas empresas estão a fazer: diversificar, ou seja, exportar para outros países que não estão ainda tão afectados pela crise. Mas este é só um factor que contribui para a pobreza. Um segundo tem a ver com a nossa Banca, que tem de estar estabilizada para que o crédito seja normalizado. E a terceira condição para um futuro melhor é cada um de nós ver o que pode fazer para vencer a crise e não ficar à espera que seja o Governo ou outros a resolverem. E esta é uma atitude que não é muito corrente em Portugal. Também importante, mas mais a longo prazo, é preciso haver alterações no próprio sistema financeiro, que deu provas de que estava completamente entregue aos “bichos”. É preciso uma fiscalização e uma regulação muito mais séria. ☞

Entrevista completa em:
www.amnistia-internacional.pt
(Aprender/Boletim)

Os temas abordados nesta entrevista basearam-se no estudo coordenado por Alfredo Bruto da Costa, com o apoio de Isabel Baptista, Pedro Perista e Paulo Carrilho, realizado entre 1995 e 2001. A investigação está publicada no livro *Um Olhar Sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, editado em Junho de 2008 pela Gradiva.

RETRATO

Guadalupe Marengo, Directora da Campanha “Exija Dignidade”

À frente do grande desafio da organização

Guadalupe Marengo chegou a Inglaterra com quase trinta anos. Estava longe de imaginar que iria trabalhar para a Amnistia Internacional, mas o seu espírito voluntário e activista trouxe-a para a promoção dos direitos humanos. Hoje, é uma das pessoas mais influentes na organização não governamental, pois dirige a próxima Campanha, denominada “Exija Dignidade”

Por Cátia Silva



No próximo dia 28 de Maio, a Amnistia Internacional (AI) vai lançar mais uma campanha¹, desta vez em nome da dignidade humana e da erradicação da pobreza do mundo. “**Exija Dignidade**” é o nome pelo qual vai ficar conhecida a campanha que, durante pelo menos seis anos, vai levar mais longe o trabalho da organização não governamental (ONG). Guadalupe Marengo, de 50 anos de idade, casada e mãe de um rapaz de 11 anos, vai estar à frente deste importante passo para a Amnistia Internacional e, esperamos, desta mudança para o mundo. “**É um grande desafio, mas estou convencida que é crucial fazermos campanha para terminar com as violações aos direitos humanos que fazem com que as pessoas continuem pobres**”, disse em entrevista ao “Notícias da Amnistia Internacional Portugal”.

Guadalupe Marengo chegou à AI quando tinha 35 anos. “**A minha língua materna e o conhecimento que tinha da região fizeram com que conseguisse um lugar no Programa Regional das Américas²**”, recorda. Mexicana de nacionalidade, chegara a Inglaterra com quase trinta anos para fazer uma Pós-Graduação em Linguística Aplicada, depois de se ter licenciado em Literatura Inglesa na Universidade da Cidade do México. Não chegou a terminar a pós-graduação e, movida pela paixão, não voltou a deixar o país, tendo ficado a fazer um mestrado em Políticas e Direitos das Mulheres. Foi aqui que o seu rumo mudou, apesar de o trabalho em benefício dos outros, e principalmente das mulheres, fazer já parte da sua vida enquanto voluntária.

“**Quando cheguei a Inglaterra, envolvi-me no apoio a mulheres latino-americanas que tinham sofrido de violência doméstica neste país e juntei-me a um grupo de apoio que visitava mulheres latino-americanas em prisões. Além disso, sou uma feminista e estive envolvida em várias ONG de mulheres**”, resume. Uma vontade de ajudar que terá muito provavelmente herdado da sua mãe. “**Enquanto criança vi a minha mãe chorar quando os nossos vizinhos, num bloco de andares da classe média, lhe disseram que a família que estava a ajudar, ao dar abrigo, tinha de deixar o edifício. Estas pessoas viviam num táxi que a minha mãe descobriu um dia e sabia que ao serem expulsas do prédio iam voltar a ficar sem abrigo. Ela**

não conseguia perceber como é que os nossos vizinhos não viam que isto era injusto e cruel. Aquele incidente teve um grande impacto sobre mim e eu senti que sem justiça social o mundo nunca será um lugar melhor”.

O TRABALHO ENQUANTO CAMPAIGNER

Quando se candidatou à Amnistia Internacional, Guadalupe Marengo concorreu então ao Programa Regional das Américas, enquanto *campaigner*, um dos cargos essenciais na organização não governamental. Quando lhe pedimos para explicar em que consiste a função que exerceu durante 15 anos, diz: “**um campaigner é alguém que entende o problema, neste caso a violação que é cometida aos direitos humanos, e que analisa o tipo de pressão que precisa de ser exercida, e sobre quem, para que essa violação termine. As suas tácticas são cruciais para conseguir a mudança**”, reconhece. Porém, esta só é efectivamente possível quando os activistas de todo o mundo³ se juntam para enviar apelos ou petições às entidades apontadas pelos *campaigners*.

Guadalupe Marengo começou por se dedicar às violações aos direitos humanos cometidas na Argentina, tendo depois feito campanha pelo Brasil e, mais tarde, pela Bolívia, entre outros países latino-americanos. O último país a que se dedicou na equipa das Américas foi o Peru, que durante os anos 80 e 90 passou por uma violenta guerra civil, onde



© Amnistia Internacional

Guadalupe Marengo fala à comunicação social enquanto *campaigner* do Programa Regional das Américas da Amnistia Internacional.

eram comuns os desaparecimentos e as execuções extrajudiciais. Violações que eram cometidas tanto pelo Estado, como pelo grupo armado de oposição conhecido por Sendero Luminoso. **“Perante dificuldades tão terríveis para a população civil, a Amnistia Internacional estava a trabalhar a tempo inteiro para acabar com as atrocidades que vinham de ambos os lados”**, recorda. Um trabalho que exigiu grande rigor, objectividade e imparcialidade. Qualidades pelas quais a organização é internacionalmente reconhecida.

À FRENTE DA CAMPANHA DA DIGNIDADE

Em Julho de 2008 o destino de Guadalupe Marengo torna a mudar, quando é nomeada para dirigir a Campanha **“Exija Dignidade”**, que a partir de 28 de Maio irá levar a Amnistia Internacional por um caminho até agora inexplorado: o combate à pobreza⁴. Para a dirigente, esta expansão do trabalho da AI faz todo o sentido. **“A Amnistia Internacional trabalhou sempre para os mais desfavorecidos. No Peru, por exemplo, o relatório da Comissão de Verdade e Reconciliação sobre os 20 anos de conflito descobriu que a grande maioria das vítimas vivia numa situação de pobreza. Agora, com a Campanha Exija Dignidade, vamos fazer campanha por todos os seus direitos, porque pessoas a viver em pobreza sofrem privações – como a falta de acesso à educação e à saúde –, mas**

sofrem também de insegurança e de exclusão social. Todos os seus direitos têm de ser protegidos se pretendemos erradicar a pobreza”, defende.

Reconhecendo então que muitas das violações aos direitos humanos são cometidas sobre os mais pobres, a Amnistia Internacional vai trabalhar para acabar com os problemas que ajudam a perpetuar a pobreza. Um número infindável de situações que, nesta fase de arranque da campanha, foram restringidas a três grandes áreas de actuação. **“Iremos focar-nos nas violações ligadas à mortalidade maternal, que atinge sobretudo mulheres desfavorecidas e marginalizadas. Iremos também focar-nos nos direitos das pessoas que vivem em bairros degradados, pois se hoje a maioria das pessoas vive em ambientes urbanos, muitas das que vivem em pobreza habitam instalações informais erguidas nas cidades ou em seu redor. Iremos, por último, focar-nos não apenas na responsabilidade do Estado de assegurar a todas as pessoas uma vida com dignidade, mas também na responsabilidade das empresas e no papel que as corporações devem assumir para fazer deste um mundo melhor para todas as pessoas”**⁵. ✂

1. O trabalho da Amnistia Internacional pode ser dividido em três formas de acção ou em três grupos-alvo. Primeiro, a que é feita em nome de pessoas individuais que sofreram violações aos seus direitos enquanto seres humanos. Uma segunda

voltada para alguns países, em destaque pela sua violação constante aos direitos humanos, de que são exemplo a China, o Irão, entre muitos outros. A terceira forma de acção é a de que lhe falamos neste Retrato: as Campanhas, que são projectos desenvolvidos a longo prazo e que têm um objectivo concreto e pré-determinado. Actualmente, a Amnistia Internacional faz Campanha pelo Controlo ao Comércio de Armas, pelo Combate ao Terrorismo com Justiça, pelo Fim da Violência sobre as Mulheres, pela Não Discriminação e pela Abolição da Pena de Morte.

2. A Amnistia Internacional tem programas regionais que abrangem todo o mundo e que estão divididos em: Américas, Médio Oriente e Norte de África, Europa e Ásia Central, Ásia e Pacífico e, por último, África.

3. A Amnistia Internacional conta com mais de 2,2 milhões de membros e apoiantes em todo o mundo, unidos em torno de um mesmo movimento e de um mesmo objectivo: promover e defender os direitos humanos de todas as pessoas. Estes activistas são chamados a intervir, em diversas ocasiões, pelas várias secções da organização, presentes em mais de 70 países do mundo. A Amnistia Internacional Portugal é uma delas.

4. Até hoje, a Amnistia Internacional nunca trabalhou assuntos relacionados com a Pobreza, tendo esta temática estado sempre associada a ONG de cooperação e voltadas para o desenvolvimento. Entre as temáticas que mais facilmente associamos à AI, estão: os prisioneiros de consciência, a pena de morte, as crianças-soldado, a violência sobre as mulheres, o comércio de armas, os desaparecimentos forçados, os refugiados, os povos indígenas, a justiça internacional e o combate ao terrorismo com justiça. A pobreza vem agora juntar-se a este trabalho.

5. Para saber mais sobre a Campanha **“Exija Dignidade”** da Amnistia Internacional, não perca o **Dossier** desta revista.

EM FOCO

FRANÇA E ÁUSTRIA AGENTES DA POLÍCIA ACIMA DA LEI



© AP/PA Photo/Baz Ratner

A França e a Áustria são dois dos países que têm estado na mira da Amnistia Internacional, pela conduta da sua polícia. Em dois relatórios recentemente publicados, para cada um dos países, ficou clara a impunidade que de facto existe para os agentes policiais destes Estados. Mortes ilegais, espancamentos, abusos raciais e uso excessivo da força são algumas das muitas queixas que foram ouvidas pela Amnistia Internacional no terreno. A maioria, destaque-se, provém de minorias étnicas ou de cidadãos estrangeiros.

Uma realidade particularmente alarmante na Áustria, onde o racismo está fortemente institucionalizado, tanto na polícia, como no sistema judicial.

Apesar de muitos destes crimes terem sido denunciados às autoridades, as investigações continuam a ficar muito aquém dos padrões estipulados pela lei internacional. Como exemplo, refira-se que em França, em 2005, foram apresentadas 663 queixas, que resultaram em apenas 16 despedimentos. Segundo o investigador da Amnistia Internacional para a Eu-

ropa, nos dois países a maioria dos casos não chega sequer a tribunal e os que conseguem transitar para um processo judicial acabam por se deparar com um sistema muito tendencioso.

Acrescente-se ainda que a Amnistia Internacional registou uma tendência crescente, por parte da polícia, de acusar criminalmente as vítimas de abusos que denunciam os maus tratos e a discriminação de que foram vítimas. As acusações referem alegados insultos e agressões aos agentes policiais. Uma situação que tem contribuído para o aumento dos sentimentos de injustiça e de impunidade por parte dos cidadãos dos dois países, quando o papel preponderante dos agentes da polícia exigiria confiança e cooperação de toda a sociedade.

Mais informações sobre estas situações nos relatórios da Amnistia Internacional disponíveis na Internet: *“France: The Search for Justice”*, publicado em 2005, *“Public Outrage: Police Officers Above the Law in France”*, de 2009, e *“Victim or suspect: A question of colour. Racial Discrimination in the Austria Justice System”*, de 2009.

BIELORRÚSSIA

UMA MANCHA NEGRA NA EUROPA



© MaanImages / Magnus Johansson

A Bielorrússia, país da ex-União Soviética independente desde 1991, continua a ser o único país da Europa a executar pessoas como forma de punição pelos crimes (alegadamente) cometidos.

Segundo informações que chegaram à Amnistia Internacional, em 2008 o país executou pelo menos quatro pessoas e uma quinta foi sentenciada à pena capital. Tudo isto, acrescente-se, num Estado onde a tortura é usada para obter “confissões” e onde as execuções são secretas, não chegando sequer, muitas vezes, atempadamente ao conhecimento dos familiares do condenado. Uma verdadeira mancha negra num continente que poderia estar livre da pena de morte.

PERU

FINALMENTE FEITA JUSTIÇA

A Amnistia Internacional congratulou-se com a decisão do Supremo Tribunal do Peru, que no passado dia 07 de Abril considerou Alberto Fujimori, presidente do país na década de 90, culpado pelos crimes de que estava acusado. O ex-dirigente foi assim condenado a 25 anos de prisão por ter mandado assassinar 15 pessoas, em Barrios Altos, em 1991, por ter programado a morte de nove estudantes e do seu professor, em 1992, em La Cantuta e por, no mesmo ano, ter mandado sequestrar um jornalista e um empresário. A condenação é um marco histórico na luta contra a impunidade na América Latina.

OFEREÇA PRESENTES SOLIDÁRIOS

Sabia que a Amnistia Internacional tem prendas originais que pode oferecer a toda a família?



Canetas



CD's



Crachás



DVD'S



Livros



Marcadores para Livros



Pen Drives (2GB)



Postais



Pulseiras

**Ao oferecer também pode ajudar o trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos.
Dê! Ofereça Presentes Solidários!**

Mais informações pelo telefone 213 861 652 ou pelo email boletim@amnistia-internacional.pt

DOSSIER

Campanha - “Exija Dignidade”

Chegaram tempos de mudança. No ano 2000, os Estados das Nações Unidas definiram oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas poucos progressos foram registados. Neste ano de 2009, a Amnistia Internacional propõe uma nova estratégia



Na favela Rocinha, no Brasil, um casal sai com o filho de casa enquanto se desenrola uma operação policial, que já se tornou rotina no bairro.

O mapa mundo que apresentamos nas próximas duas páginas é esclarecedor. Nove anos depois de terem sido definidos os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, quando os Estados de todo o mundo perceberam que era fundamental unir esforços e tornar o planeta Terra mais equitativo, continuamos com uma geografia extremamente desigual. Na verdade, vários estudos revelam que o mundo está hoje mais desproporcional, com os países mais ricos a distanciarem-se dos mais pobres. Por tudo isto, a Amnistia Internacional traçou uma nova estratégia para os próximos seis anos e vai “gritar”, já partir do próximo dia 28 de Maio: **EXIJA DIGNIDADE !**

Um apelo que dá nome àquela que é a maior Campanha alguma vez lançada pela Amnistia Internacional, que tem também um dos objectivos mais ambiciosos de sempre: quebrar o ciclo de pobreza, que é também um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para tal, não iremos actuar no terreno, como o fazem dezenas de outras organizações não governamentais, chamadas de desenvolvimento. A Amnistia Internacional vai aliar-se a elas, mas vai lutar com as suas próprias “armas”: fazendo *lobby*, junto dos Governos e de outros actores internacionais, como as empresas privadas; e denunciando violações graves aos direitos humanos que continuam a

ocorrer em muitos Estados e que, acreditamos, ajudam a perpetuar a pobreza no mundo.

Para a Amnistia Internacional, acabar com este flagelo exige quebrar o ciclo que o rodeia e mantém, ou seja, solucionar as violações aos direitos humanos que estão na sua origem e são perpetuadas por decisores políticos e outros actores internacionais. Situações que fogem ao controle das próprias vítimas de pobreza e que fazem com que alguém que vive com um dólar por dia dificilmente deixe de ser pobre. Em primeiro lugar, porque não tem recursos. Não tem água potável que lhe dê saúde ou electricidade que lhe permita estudar. E não tem, para além

disso, uma sociedade que o apoie. Vive à margem, excluído, sem acesso à justiça ou à informação, ferramentas essenciais para exigir os seus direitos. Além disso, a maioria dos pobres vive uma insegurança diária. Considerados marginais pelas autoridades, ficam entregues aos grupos criminosos que se movimentam nas zonas onde habitam.

Falta de recursos, exclusão social e insegurança são então três aspectos de uma mesma realidade: a dos pobres. E

todos dependem de decisões às quais estes não têm acesso. Por isso, a Amnistia Internacional vai pressionar para que sejam adoptadas decisões que acabem com a pobreza. Porque erradicá-la não depende só de ensinar as populações a pescarem. É preciso ir mais longe e: responsabilizar os que cometem os abusos aos direitos humanos que perpetuam a pobreza; facilitar o acesso dos pobres aos recursos de que precisam para lutarem pelos seus próprios direitos; e encorajar

a participação activa das populações nas decisões políticas que afectam as suas vidas e, assim, criar as condições para que sejam tomadas decisões contrárias àquelas que directa, ou remotamente, geraram a pobreza. Vamos juntos exigir um mundo diferente. Vamos “Exigir Dignidade”, para que em 2015, meta definida pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a geografia mundial seja bem diferente da que mostramos em seguida.

O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNDO

Novos anos depois de terem sido delineados os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e de os Estados terem assumido responsabilidades ao nível da erradicação da pobreza, do acesso universal à educação primária, de cuidados básicos de saúde para todas as pessoas, entre outros factores de desenvolvimento humano, esta continua a ser a realidade do mundo em que vivemos

CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

População com acesso a saneamento adequado¹ (2004)

Chade • 9%
Eritreia • 9%
Burquina Faso • 13%
Etiópia • 13%
Níger • 13%
Camboja • 17%
Gana • 18%
Guiné • 18%

População com acesso a fonte de água adequada¹ (2004)

Etiópia • 22%
Afeganistão • 39%
Papua Nova Guiné • 39%
Camboja • 41%
Chade • 42%
Guiné Equatorial • 43%
Moçambique • 43%

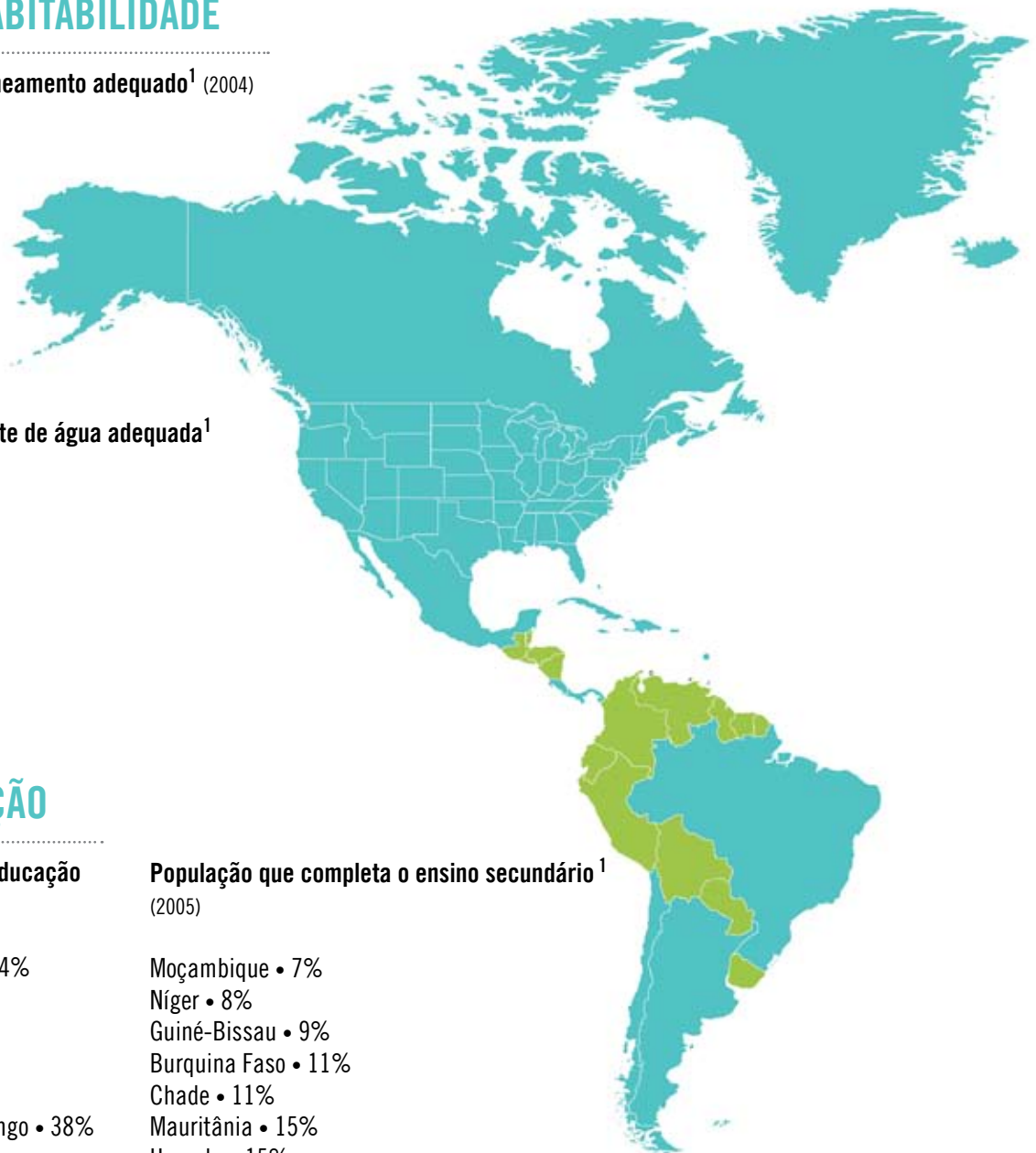
ACESSO À EDUCAÇÃO

Crianças que completam a educação primária² (2000-2007)

Republica Centro Africana • 24%
Burquina Faso • 31%
Chade • 31%
Níger • 33%
Afeganistão • 38%
República Democrática do Congo • 38%
Moçambique • 42%

População que completa o ensino secundário¹ (2005)

Moçambique • 7%
Níger • 8%
Guiné-Bissau • 9%
Burquina Faso • 11%
Chade • 11%
Mauritânia • 15%
Uganda • 15%



POBREZA E FOME

População abaixo do limiar da pobreza¹

(Com menos de \$1 dólar americano por dia 1990-2005)

Nigéria • 70,8%
República Centro Africana • 66,6%
Zâmbia • 63,8%
Madagáscar • 61%
Níger • 60,6%
Ruanda • 60,3%

Crianças com menos de 5 anos mal nutridas² (2000-2006)

Índia • 44%
Iémen • 41%
Níger • 40%
Bangladesh • 39%
Nepal • 39%
Sudão • 38%

CUIDADOS BÁSICOS DE SAÚDE

Taxa de Mortalidade Infantil, entre crianças com menos de 5 anos²

(por cada 1.000 nascimentos - 2006)

Serra Leoa • 270
Angola • 260
Níger • 253
Libéria • 235
Mali • 217
Chade • 209
República Democrática do Congo • 205
Burquina Faso • 204

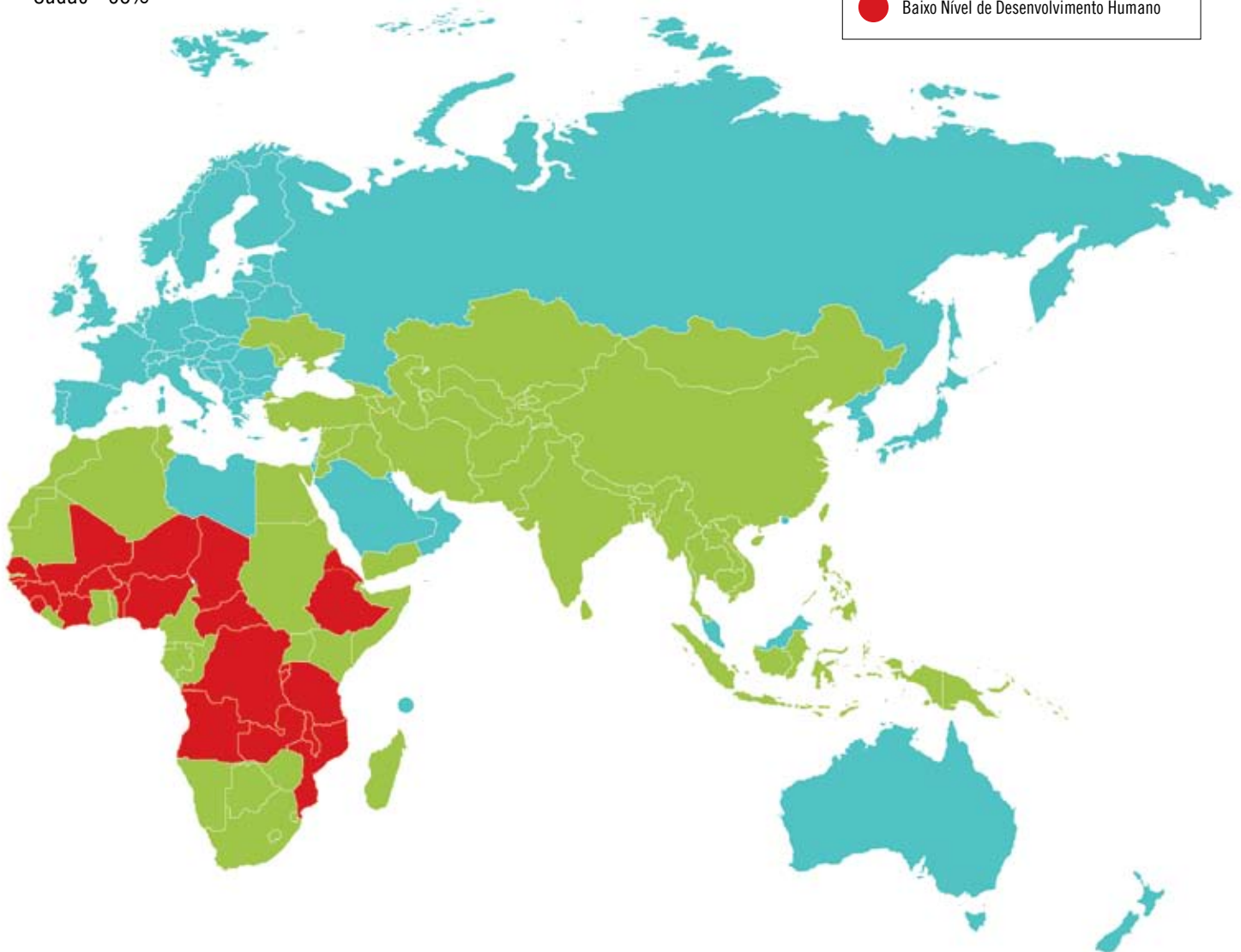
Taxa de Mortalidade Maternal, na gravidez ou durante o parto²

(por cada 100.000 nascimentos - 2005)

Serra Leoa • 2.100
Afeganistão • 1.800
Níger • 1.800
Chade • 1.500
Angola • 1.400
Somália • 1.400
Ruanda • 1.300

LEGENDA

- Elevado Nível de Desenvolvimento Humano
- Médio Nível de Desenvolvimento Humano
- Baixo Nível de Desenvolvimento Humano



¹ Dados retirados do Human Development Report 2007/2008, publicado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Acessível em <http://hdr.undp.org/en/>

² Dados retirados do Atlas Online do Índice de Desenvolvimento Humanos, elaborado pelo Banco Mundial. Acessível em <http://devdata.worldbank.org/atlas-mdg/>

MAIS DIREITOS HUMANOS = MENOS POBREZA



Um rapaz sai para ir buscar água, num dos maiores bairros degradados da Índia.

Face ao mundo desigual que os mapas continuam a apresentar quando estudamos o índice de desenvolvimento humano, para a Amnistia Internacional está na altura de mudar de estratégia, para que até 2015 se consigam, efectivamente, alcançar os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e erradicar a pobreza do mundo. A perspectiva tem de ser a dos direitos humanos. E os objectivos a alcançar são três: responsabilizar os que violam estes direitos, garantir o

acesso das populações aos recursos que continuam a faltar para que mudem de vida e assegurar a sua participação nos processos de decisão política. Só mudando estas realidades, que “encurralam” a pobreza, é possível contribuir para a sua erradicação.

Nesta fase de arranque da campanha, agendada para o próximo dia 28 de Maio, a Amnistia Internacional vai começar por aplicar a sua “estratégia de combate à

pobreza” a três problemas de direitos humanos que muito têm contribuído para a persistência de um mundo desigual: a mortalidade materna, uma vez que em muitos países as mulheres são a fonte de sustento da sociedade; os bairros degradados, que são uma das faces mais visíveis da pobreza; e a impunidade na qual muitas empresas privadas operam e que tem contribuído para um desenvolvimento muito pouco sustentável. Saiba mais. **Indigne-se. “Exija Dignidade”!**

MORTALIDADE MATERNAL

MORRER DEMASIADO CEDO

A cada minuto que passa há uma mulher que morre de complicações relacionadas com a gravidez ou o parto. Um flagelo que podia ser prevenido

A cada ano que passa, mais de meio milhão de mulheres morrem por complicações relacionadas com a gravidez ou com o parto. As condições em que perecem variam: sozinhas, em casa, quando procuram cuidados médicos, ou já nas camas de hospital. Para todas foi demasiado tarde. Hoje estariam vivas, se

tivessem tido acesso, no momento certo, a assistência médica adequada. É esta a realidade a que se dá o nome de mortalidade materna e à qual a Amnistia Internacional se vai dedicar, nos próximos anos, com maior atenção.

Um dos números mais esclarecedores no que diz respeito a este flagelo é o que indica que 95% das mulheres que morrem por complicações relacionadas com a gravidez ou o parto habitam em países em desenvolvimento. Nos chamados Estados Ocidentais, as estatísticas alertam que uma em cada 25.000 mulheres pode falecer por motivos relacionados com a maternidade. Na África Subsariana o risco de morte é de uma em cada

26 mulheres grávidas. Na base desta discrepância está a pobreza, que afecta estas mulheres e os países onde vivem.

Para que se perceba a ligação, refira-se que em muitos Estados só há hospitais nas grandes cidades, quando milhares de pessoas vivem nas zonas rurais. As estradas estão frequentemente intransitáveis e não há ambulâncias para fazer o transporte. Para estas populações o bilhete de autocarro é, só por si, um preço demasiado elevado. Obstáculos que, ao longo dos anos, têm distanciado os mais pobres dos cuidados médicos básicos.

No caso da mortalidade materna, o problema é ainda mais grave se pensarmos que a morte destas mães significa, em

muitas sociedades, o fim do sustento de famílias inteiras. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, as mulheres produzem entre 60 a 80% da alimentação nos países em desenvolvimento. Assim, assegurar o fim da mortalidade maternal é essencial quando se procura erradicar a pobreza do mundo.

DIREITOS HUMANOS VIOLADOS

Combater a mortalidade maternal exige pensar nas suas causas e pôr fim às violações aos direitos humanos que estão na sua génese.

Um dos principais é o direito à vida, que continua a não ser igual para homens e mulheres. Um segundo é o direito das mulheres determinarem quando engravidar. Segundo as agências das Nações Unidas, uma em cada três mortes relacionadas com o parto ou a gravidez podiam ser prevenidas se as mulheres pudessem decidir sobre a sua própria sexualidade. Isto explica-se, desde logo, com os mais de 19 milhões de abortos realizados todos os anos sem segurança, que causam a morte a 68.000 mulheres.

Além disso, 200 milhões, em todo o mundo, continuam a não ter acesso a métodos contraceptivos. É o que acontece às raparigas que, em alguns Estados, são obrigadas a casar demasiado cedo com homens muito mais velhos. E às mulheres que, em muitos outros países, não podem decidir sobre a sua vida sexual, sendo os próprios serviços médicos a negarem o acesso aos métodos contraceptivos se não houver permissão do marido. Mesmo quando esta existe, há sociedades onde o seu uso não é, de todo, aprovado.

Factores potenciadores da mortalidade maternal aos quais é preciso somar a falta de cuidados médicos adequados. Uma realidade que, por vezes, se deve à discriminação, seja de género, pois em alguns Estados as mulheres são vistas pelos médicos como ignorantes, seja por motivos raciais ou étnicos, pois as minorias nem sempre têm acesso igualitário à saúde. Noutros casos, a violação do direito à assistência médica deriva simplesmente do facto de não existirem no país serviços públicos de qualidade.

Mesmo que isto melhore, nada mudará



Uma mãe aguarda a chegada de uma enfermeira numa clínica local na República Democrática do Congo.

enquanto houver Estados que proíbem o divórcio ou onde o acesso à educação e ao emprego é desigual, pois isto torna as mulheres dependentes dos maridos. Pouco também pode ser alterado se continuarem a existir tradições como a mutilação genital feminina, que acarretam graves riscos. Formas de violação dos direitos humanos que continuam a traçar o destino de milhares de mulheres em várias partes do mundo e das sociedades que dependem delas para o progresso.

OS PRÓXIMOS PASSOS

As medidas necessárias para salvar as vidas de milhares de mulheres que morrem todos os anos são conhecidas há mais de seis décadas. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 73% da mortalidade maternal resulta de seis causas principais: infecção, hemorragias, eclampsia e emergências associadas à pressão alta, ao excesso de horas de trabalho e a abortos não seguros. Situações que podiam ser facilmente prevenidas.

Tendo isto em conta, é essencial exigir aos Governos que garantam nascimentos assistidos por profissionais de saúde e serviços de obstetrícia de qualidade para toda a população, mesmo em casos

de aborto. Uma meta possível se houver vontade política, como provaram, nos últimos anos, as Honduras e o Bangladesh. Segundo as Nações Unidas, reduzir a mortalidade maternal em 75% até ao ano 2015 custa seis mil milhões de dólares americanos por ano. Uma quantia irrisória se pensarmos na partilha de custos e nas vidas femininas que seriam poupadas e que iriam permitir o progresso nos países em desenvolvimento, uma vez que as mulheres têm, efectivamente, um papel preponderante.

Um outro passo importante para o futuro é assegurar que todas as mulheres possam controlar as suas vidas sexuais e reprodutivas, tendo acesso a métodos contraceptivos e a planeamento familiar. Uma realidade que exige mudanças profundas em muitas sociedades, mas para a qual muito contribuiria os Governos permitirem a participação das mulheres na criação de políticas e programas públicos que lhes são dirigidos. Uma última medida imprescindível quando se procura um futuro diferente em termos de mortalidade maternal é ter em conta as necessidades dos profissionais de saúde, garantindo que têm condições de trabalho dignas e seguras, bem como salários justos.

A Amnistia Internacional promete nos próximos anos promover estas boas práticas. Mas cabe a cada um de nós pressionar os actores internacionais para que ponham fim às violações aos direitos humanos que continuam a matar, todos os anos, milhares de mães. Esteja atento. **Indigne-se. “Exija Dignidade”!**

BAIRROS DEGRADADOS

OS DIREITOS HUMANOS DEVIAM MORAR AQUI

Há, em todo o mundo, mil milhões de pessoas a viver em bairros degradados. Uma realidade que tem urgentemente de ser alterada

Em todo o mundo, há cerca de 200.000 comunidades a que podemos chamar bairros degradados, ou guetos, ou bairros de lata, ou estabelecimentos informais, ou, como dizem os brasileiros, favelas. Seja qual for a denominação, a realidade é sempre a mesma: habitações degradadas, falta de saneamento básico, água não potável, serviços de electricidade de fraca qualidade, sobrelotação e níveis elevados de violência. Realidades que caracterizam os bairros degradados e às quais a Amnistia Internacional se vai dedicar com mais atenção nos próximos anos, porque se a pobreza é hoje um dos problemas mais graves do mundo, os estabelecimentos informais são a sua forma mais visível de manifestação.

Segundo estimativas de várias organizações, há hoje pelo menos mil milhões de pessoas a viverem nas condições acima descritas. Mulheres, homens e crianças que nasceram em bairros degradados, mas procuram, no dia-a-dia, manter a normalidade num ambiente onde são alvos fáceis para as mais variadas violações aos direitos humanos. As previsões indicam ainda que em 2030 serão já dois mil milhões os habitantes dos bairros degradados. Números que crescem à medida que as cidades se desenvolvem e se desinveste nas zonas rurais, que os conflitos armados se propagam e os desastres naturais se tornam mais frequentes.

Ao contrário da mortalidade maternal,

os bairros degradados não são um problema exclusivo dos países em desenvolvimento. Para que se perceba como está alastrado pelo mundo, refiram-se os bairros de comunidades ciganas na Europa, em países como a Roménia e a Eslováquia, ou as zonas povoadas por indígenas no Canadá e na Austrália, ou ainda os bairros pobres dos Estados Unidos da América, como Nova Orleães, que em 2005 chocou o mundo. Instalações informais onde vivem pessoas privadas de recursos, excluídas da sociedade e inseguras num território onde quem dita as leis são as actividades criminosas. Obstáculos que as impedem de saírem do ciclo de pobreza em que se encontram.

DIREITOS HUMANOS VIOLADOS

Combater a pobreza no mundo passa também por acabar com os bairros degradados, ou melhor, por resolver as violações aos direitos humanos que se perpetuam no seu interior.

Desde logo, a falta de recursos e de condições de vida, pois todos os cidadãos têm direito a serviços básicos, como o saneamento, a água potável, os cuidados de saúde e a educação. Há Estados que negam estes recursos só a determinadas raças ou etnias, outros restringem o acesso a todos os habitantes dos bairros degradados. Atitudes

comumente justificadas com o facto destas instalações serem ilegais. Há, no entanto, muitos outros países que aparentemente disponibilizam serviços básicos a toda a sociedade, mas que os colocam em locais inacessíveis para as populações mais pobres.

O isolamento é, aliás, uma das características mais marcantes dos bairros degradados, seja para o fornecimento de bens ou serviços, ou para questões de segurança. Os seus habitantes vivem ameaças diárias. Desde logo, pelos grupos criminosos que proliferam nestas zonas, que rivalizam e utilizam os habitantes para múltiplos abusos aos seus direitos humanos, obrigando-os até a entrar no mundo do crime. Estes, por sua vez, não têm opção, pois em alguns Estados as autoridades policiais só entram nos bairros degradados para aumentar a violência. Exemplo esclarecedor é o das favelas brasileiras, conhecidas pelas incursões policiais nas quais todos os habitantes são tratados (ou mal tratados) como criminosos.

Noutros Estados, como em Angola ou no Camboja, é frequente a polícia entrar nas instalações informais munida de retroscavadoras, procurando expulsar os moradores para erguer luxuosos projectos de reconstrução urbanística. Os mais afortunados são colocados em zonas periféricas, longe das escolas que as



Uma das muitas crianças que vivem nos bairros degradados do Camboja.

crianças frequentavam e dos empregos dos seus pais, porém, o mais comum é os desalojados ficarem entregues à sua sorte. Para estes, e para todos os outros habitantes dos bairros degradados, a justiça não é solução, pois está inacessível. Como vimos, também não podem recorrer às autoridades policiais e, menos ainda, aos decisores políticos. Estão assim “encurrados” no ciclo de pobreza onde nasceram.

OS PRÓXIMOS PASSOS

Um futuro sem pobreza exige acabar com todas as violações aos direitos humanos que limitam as vidas dos habitantes dos bairros degradados.

Em primeiro lugar, é urgente apelar aos Governos para que assegurem o acesso equitativo de todas as pessoas aos serviços que deveriam ser públicos, como sejam: educação primária, cuidados básicos de saúde, acesso à água potável e a resolução das mais prementes carências alimentares. Uma exigência fundamental numa altura em que muitos Governos começam a privatizar estes serviços, demitindo-se ainda do seu dever de fiscalizar se estão a chegar a todos os cidadãos.

Também essencial quando se almeja um futuro diferente para os mais pobres é acabar com os desalojamentos forçados. A solução para os problemas urbanísticos das “novas cidades”, que estão a ser erguidas em várias partes do mundo, não pode anular os direitos humanos das pessoas que aí habitavam. Mesmo quando desalojar é o único recurso disponível, estes têm de ser realizados nos termos da lei e com a garantia de alternativa viável para os moradores, bem como uma compensação financeira justa. Para tudo isto, é essencial o diálogo. Os habitantes locais têm de ter um papel activo nos processos de tomada de decisão política que os afectam tão directamente.

A Amnistia Internacional promete nos próximos anos promover estas boas práticas. Mas cabe a cada um de nós pressionar os actores internacionais para que ponham fim às violações aos direitos humanos que continuam a perpetuar a pobreza nos bairros degradados. Esteja atento. **Indigne-se. “Exija Dignidade”!**

RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

É TEMPO DE PÔR FIM À FALTA DE RESPONSABILIZAÇÃO

A globalização deu às empresas um poder e uma influência sem precedentes, abrindo-lhes caminho para terrenos promissores. Uma oportunidade que poderia ter contribuído para o fim da pobreza, mas que tem ajudado a acentuá-la



Fábrica da Union Carbide, de onde em 1984 um acidente libertou toneladas de químicos mortíferos, em Bhopal, na Índia. Entre 7 a 10 mil pessoas morreram de imediato e muitas mais ficaram afectadas.

No Gana, uma ruptura numa mina da Omai Gold Mines Ltd. contaminou um dos maiores rios do país, afectando o ambiente e as populações. Não houve compensação para as vítimas, tal como tem acontecido em muitos países onde operam empresas multinacionais. A sua actividade surge repleta de esperança, com a criação de postos de trabalho e a melhoria da economia, que possibilita serviços públicos de qualidade. No entanto, a realidade tem sido outra, com dezenas de empresas a violarem os direitos humanos dos habitantes e os Governos a renegarem a sua missão de os proteger. Tudo isto em nome de negócios rentáveis, mas pouco transparentes. É a esta actividade empresarial, que tem ajudado a acentuar a pobreza, que a Amnistia Internacional vai dedicar, nos próximos anos, particular atenção.

As principais preocupações com a actividade das empresas prendem-se com a extracção de recursos naturais em países em desenvolvimento. Na maioria das vezes, as violações aos direitos dos habitantes são cometidas por privados estrangeiros que, com a globalização e a abertura dos mercados, ganharam poder

e influência junto de muitos Governos. Uma realidade que, como referimos, podia ajudar a solucionar a pobreza, tivesse a liberalização sido acompanhada da responsabilização social dos investidores. Pelo contrário, temos assistido a desrespeitos vários aos direitos humanos e a uma impunidade que os tem permitido. Isto afecta, sobretudo e uma vez mais, os mais pobres.

A título de exemplo, refira-se que, para que muitas empresas desenvolvam a sua actividade de extracção de recursos naturais, centenas de pessoas têm sido deslocadas à força para terrenos longínquos, perdendo as suas raízes e as suas formas tradicionais de subsistência. Mesmo quando não são desalojadas, acabam, muitas vezes, por ter de abandonar as suas terras, seja porque a indústria criada ergue em seu redor cidades que destroem os recursos naturais, seja porque estes se esgotaram com a exploração. Também comum é ocorrerem desastres, como o do Gana.

Para além destes problemas, a actividade das empresas pode transformar negativamente a realidade social lo-

cal. Primeiro, porque as indústrias de extracção de recursos costumam exigir mão-de-obra essencialmente masculina, que tem de vir de vários locais, o que frequentemente contribui para proliferar a violência sexual e as doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, tem-se tornado clara a ligação entre a actividade de algumas empresas e os conflitos armados que incendeiam os territórios onde operam. Assim se percebe o contributo dos privados para perpetuar a pobreza no mundo.

DIREITOS HUMANOS VIOLADOS

Combater a pobreza exige monitorizar o trabalho das empresas multinacionais e as violações aos direitos humanos que frequentemente cometem.

Por tudo o que foi referido, são claros os abusos que podem advir da actividade das empresas, que visam sempre as populações locais. Uma realidade que tem deixado centenas de pessoas dependentes dos serviços públicos do Estado. Uma situação que se agrava se pensarmos que muitos Governos têm vindo a privatizar estes serviços em nome da eficiência económica e que tal não é fiscalizado, sendo comum estes não chegarem, deliberadamente, a determinadas franjas da sociedade. Era o que fazia a empresa Dar es Salaam, por exemplo, na Tanzânia, pois fornecia água às populações mas não abastecia as mais pobres.

Violações aos direitos humanos perante as quais os Governos, comumente, cruzam os braços, o que resulta numa total impunidade para as empresas que operam no seu território. As populações, por sua vez, pouco ou nada podem fazer, pois normalmente os visados estão excluídos da sociedade. Não têm, primeiro, recursos para exigirem justiça. Além disso, esta está, em muitos países, minada pela corrupção, pelos interesses e por sistemas legais ineficazes. Segundo as Nações Unidas, em 2008 quase dois terços da população mundial não tinha acesso efectivo à justiça. Além disso, a grande maioria fica também excluída dos processos de decisão políticos que permitem a entrada de empresas multinacionais nas suas terras. Factos que tornam impossível estas pessoas mudarem a realidade que lhes é imposta.

OS PRÓXIMOS PASSOS

As violações aos direitos humanos perpetradas por empresas privadas são de fácil solução, se houver vontade política e for dado poder às populações para exigirem justiça.

Isto exige, primeiro, que os Governos assumam as suas responsabilidades e controlem a actividade dos privados que operam no seu território, seja na fase inicial – analisando os projectos propostos não apenas pelo seu lucro, mas pelo impacto social e ambiental que poderão ter –, na fase de implementação – fiscalizando se estão a ser cumpridos os compromissos assumidos e se as populações estão a ser afectadas –, e, quando são cometidos abusos aos direitos humanos, responsabilizando as empresas e exigindo compensações para as vítimas. Medidas que poderão implicar, em alguns Estados, a criação de enquadramentos legais mais fortes. Acrescente-se que este papel activo dos Governos se torna ainda mais importante em relação aos serviços públicos privatizados.

Para que o futuro possa ser diferente, é também preciso que as populações sejam ouvidas pelos Governos e participem em todas as fases de decisão, planeamento, implementação e avaliação das

actividades de empresas estrangeiras nas suas terras. É fundamental dialogar, prevenindo assim muitos problemas sociais. Além disso, as populações têm de ter acesso à justiça, para que sintam que os seus direitos estão garantidos e para que, quando tal não acontece, possam recorrer aos Tribunais e exigir compensações.

Por último, é fundamental que algumas empresas mudem radicalmente a sua forma de actuação e a percepção que têm dos Estados em desenvolvimento, criando projectos que visem não apenas o lucro desenfreado, mas que promovam uma acção sustentável. Os privados podem, na verdade, contribuir para erradicar a pobreza do mundo, ajudando os Estados e as populações a carregarem este “fardo” que tem sido demasiado pesado para apenas um ou dois actores.

A Amnistia Internacional promete, nos próximos anos, promover boas práticas empresariais. Mas cabe a cada um de nós pressionar os actores internacionais para que ponham fim às violações aos direitos humanos que continuam a perpetuar a pobreza em nome de negócios muito lucrativos, para muito poucos. Esteja atento. **Indigne-se. “Exija Dignidade”!** ✎



Gás explode numa exploração de petróleo no Níger Delta, na Nigéria, em Fevereiro de 2008.

© Kadir van Lohuizen

A ESTRATÉGIA EM PORTUGAL

As temáticas referidas nas páginas anteriores — a mortalidade maternal, os bairros degradados e a responsabilidade social das empresas — são as três áreas de actuação da Amnistia Internacional nesta fase de arranque da Campanha global em nome da Dignidade Humana. A secção portuguesa da Amnistia Internacional vai acompanhar de perto estas realidades internacionais, mas vai também actuar em território nacional, porque erradicar a pobreza do mundo exige uma acção em todos os países, mesmo nos chamados Ocidentais, dos quais faz parte Portugal. A estes é preciso exigir exactamente o mesmo que vai ser exigido nos Estados considerados em desenvolvimento. Primeiro, responsabilização dos vários actores, Governo e empresas, pelos

cas que afectam as suas vidas. Tudo isto, reforce-se, vai ser exigido em Portugal e no estrangeiro, porque vivemos num mundo global, onde o simples bater de asas de uma borboleta pode causar um tufão do outro lado do mundo. Contamos também consigo. Esteja atento. **Indigne-se. “Exija Dignidade”!**

OS PRIMEIROS PASSOS

Nesta fase inicial da Campanha da Dignidade da Amnistia Internacional, a secção portuguesa começou por estabelecer parcerias com três entidades especializadas em assuntos de pobreza em Portugal. Com a ajuda destes parceiros, esperamos desenvolver projectos que ajudem a erradicar definitivamente este flagelo de todo o mundo.

A parceria com a Objectivo 2015

A Amnistia Internacional Portugal associou-se à organização Objectivo 2015, que em Portugal desenvolve a Cam-

panha do Milénio das Nações Unidas, com o objectivo de pressionar os Governos e de sensibilizar a opinião pública para os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Isto porque muitas pessoas continuam a não saber que os Estados das Nações Unidas assumiram o compromisso de, até 2015, erradicar a pobreza do mundo; adquirir ensino primário universal; alcançar a igualdade de género; acabar com as mortalidades

A parceria com a REAPN

infantil e materna; eliminar do Planeta doenças graves; conseguir um mundo mais sustentável e alcançar uma parceria global. A Amnistia Internacional Portugal associou-se à organização não governamental para o desenvolvimento REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza, que tem quase vinte anos de experiência a lidar com a pobreza em Portugal. Juntos vamos realizar um estudo de opinião que visa traçar o retrato da sociedade portuguesa e perceber quais os seus problemas mais graves, quais as populações mais afectadas, quais as violações aos direitos humanos na origem destas situações, entre muitos outros parâmetros que permitirão traçar os próximos passos desta Campanha da Dignidade.

A parceria com o Instituto Marquês de Valle Flor

A Amnistia Internacional Portugal asso-



Uma mina de cobre na Papua Nova Guiné, que descarregava para o rio toneladas de lixo industrial.

ciou-se ao Instituto Marquês de Valle Flôr, que há mais de 50 anos se dedica às populações mais desfavorecidas nos países de língua oficial portuguesa e que tem uma vasta experiência na análise de políticas europeias e nacionais. Juntos vamos exigir dos Governos maior responsabilidade e coerência nas suas obrigações e nas decisões tomadas em relação à pobreza e aos direitos humanos.

abusos aos direitos humanos cometidos no país ou nos territórios onde actuam, seja ao nível dos negócios ou em termos de cooperação e ajuda humanitária. Em segundo lugar, assegurar que os mais pobres, em Portugal e no mundo, tenham acesso aos recursos necessários para saírem do ciclo de pobreza em que se encontram. Por último, encorajar e permitir que todas as pessoas participem activamente nas decisões políticas e económi-

ciou-se ao Instituto Marquês de Valle Flôr, que há mais de 50 anos se dedica às populações mais desfavorecidas nos países de língua oficial portuguesa e que tem uma vasta experiência na análise de políticas europeias e nacionais. Juntos vamos exigir dos Governos maior responsabilidade e coerência nas suas obrigações e nas decisões tomadas em relação à pobreza e aos direitos humanos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nesta edição do “Notícias da Amnistia Internacional Portugal”, tornamos a apresentar uma análise da situação financeira da secção portuguesa da organização

Por Departamento de Angariação de Fundos e Financeiro

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Após apresentação, na edição anterior da revista, dos dados referentes aos primeiros oito meses de 2008, são agora apresentados os totais do ano, após fecho da contabilidade da Amnistia Internacional (AI) Portugal.

O resultado final do passado ano de 2008 foi de €110.713,62, pois ao saldo apresentado na Tabela 1 (€123.337,79) devem retirar-se €5.861,62 referentes a amortizações, €6.464,27 correspondentes ao saldo da conta de proveitos e custos financeiros e €298,28 relativos ao imposto sobre o rendimento do exercício.

Fruto da boa situação financeira da Secção, estão em dia todos os pagamentos a fornecedores e ao Estado.

RECEITAS	€ 698.670,90
DESPESAS	€ 575.333,11
SALDO	€ 123.337,79

TABELA 1 - Receitas e Despesas - 2008

CONSIGNAÇÃO DO IRS

Como tem sido divulgado, todos os contribuintes podem doar 0,5% do seu IRS à AI, sem qualquer custo, uma vez que este montante é retirado do valor que ficaria para o Estado. De seguida apresentamos os valores recebidos em 2008 e 2009 pela secção portuguesa da organização, fruto desta consignação do imposto liquidado. Se ainda não fez o seu IRS, não se esqueça, faça também o seu donativo à

AI. Veja como em: www.irs2009amnistia.com. A si não custa mesmo nada.

VALOR RECEBIDO PELA AI	
2008 (referente a 2007)	€ 44.218,36
2009 (referente a 2008)	€ 47.742,99
Nº DE DECLARAÇÕES CORRESPONDENTE	
2008 (referente a 2007)	1.009
2009 (referente a 2008)	1.221

TABELA 2 - Valores recebidos em 2008 e 2009 referentes aos 0,5% da consignação do IRS.

AMORTIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DO SECRETARIADO INTERNACIONAL

Na sequência do empréstimo contraído pela AI Portugal ao Secretariado Internacional (sede da AI, em Londres), no ano de 2006, no valor de €230.000, foi no passado mês de Fevereiro feita a amortização de mais uma parcela do empréstimo, no valor de €75.000.

CONSIGO VAMOS MAIS LONGE

Evolução de Membros e Apoiantes

Como sabe, a AI enquanto organização não governamental depende sobretudo do contributo dos seus membros e apoiantes. No gráfico 1 pode observar a evolução do número de membros e apoiantes entre os anos de 2005 e 2008. Os números referidos na tabela incluem apenas apoiantes e membros activos, ou seja, que continuam a fazer o seu donativo, estando por isso

excluídas as desistências ou cancelamentos.

O projecto de angariação de fundos “Face to Face”, realizado já em mais de 20 cidades portuguesas, retomou o trabalho no passado dia 18 de Fevereiro, tendo sido já registados 536 novos apoiantes, neste primeiro trimestre do ano. Agradecemos, mais uma vez, às mais de 10.000 pessoas que, desde 2006, pararam nas ruas para nos ouvir, juntando-se a esta causa,

enquanto apoiantes e activistas.

Apesar de se verificar um aumento no número de apoiantes ao longo dos anos, continua a ser uma preocupação constante a adopção de estratégias de fidelização, para que todos os nossos apoiantes e membros possam manter-se informados, sentindo-se parte da AI, enquanto agentes principais do seu crescimento, bem como activistas de direitos humanos.

A AI Portugal continua também a implementar e testar novas estratégias de angariação de fundos, paralelas ao Projecto “Face to Face”, de modo a garantir a estabilidade financeira quando este terminar, em 2011. Exemplos deste tipo de acções são a campanha com a **Payshop**, a adesão à **Kazoo** e a acção com os **Magnolia Caffé**, a decorrer entre 8 de Abril e 8 de Maio em Lisboa.

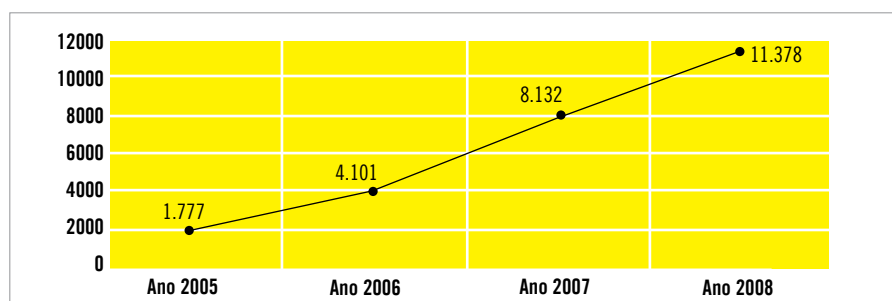


GRÁFICO 1 - Evolução do número de membros e apoiantes activos entre 2005 e 2008

Procure-nos!



EM MAIO E JUNHO, É MAIS FÁCIL FAZER UM DONATIVO À AMNISTIA INTERNACIONAL

BASTA PROCURAR A BANDEIRA
COM O SÍMBOLO **payshop**

E DOAR **1 EURO** OU MAIS À DEFESA E
PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS!



A **payshop** é um serviço que permite o pagamento de várias contas domésticas, o carregamento de telemóveis, títulos de transporte, entre outros serviços. Disponível numa rede nacional de mais de 3.600 Agentes (papelarias, tabacarias, quiosques...), este serviço permite também fazer donativos para a Amnistia Internacional Portugal, nos meses de Maio e Junho. Com o valor mínimo de apenas **1 EUR**, o Agente **payshop** efectua o registo no terminal e como prova do seu donativo, entrega-lhe um recibo comprovativo (**dedutível no IRS/IRC**).

Procure o agente **payshop** mais perto de si em www.payshop.pt. E divulgue pelos seus amigos e familiares.

A **AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL**, enquanto Organização Não Governamental, depende exclusivamente da ajuda dos seus membros e apoiantes, bem como dos donativos de todos os activistas para quem a defesa e a promoção dos direitos humanos são fundamentais num mundo que é cada vez mais desigual.

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**
PORTUGAL



EM ACÇÃO INTERNACIONAL

Brasil: A Violência no Feminino

A complexa realidade das favelas brasileiras tem um enorme impacto no quotidiano feminino, obrigando as mulheres a desempenhar papéis muito diferentes daqueles que habitualmente lhes pertencem. São vidas levadas por entre a violência e a luta, que se repetem de cidade em cidade

Por Sara Coutinho



© Ricardo Moraes



© Ricardo Moraes

Os habitantes da favela Complexo do Alemão, no Brasil, protestam contra mais uma incursão policial.

Todos nós julgamos conhecer a realidade da violência urbana no Brasil através de filmes como *Cidade de Deus*, *Cidade dos Homens* ou o mais recente *Tropa de Elite*. Os filmes não estão errados. Nem nós. No entanto, a realidade das favelas do Brasil, principalmente aquela que as mulheres carregam diariamente, está longe de qualquer imaginário. Sente-se na pele e açambarca toda a espécie de sentimentos. Porém, no feminino, significa deixar o medo para trás e, através da impulsão de uma força desconhecida, lutar por objetivos no dia-a-dia.

Através de relatos recebidos pela Amnistia Internacional sobre a experiência das mulheres com a violência urbana brasileira, desfilam histórias de dor e de luta, lembrando que a brutalidade entre os homens também traz consequências profundas e desconcertantes para a vida das mulheres, a partir das quais se dão os sucessivos recomeços das famílias que se desintegram por morte ou prisão de um pai ou de um filho.

TANTAS MULHERES, UMA HISTÓRIA

“Eu vivo dopada, tomo remédio de maluco! Aquele Diazepan para dormir. Porque se estou lúcida não consigo dormir, com medo. Dopada, pego na minha filha, me jogo no chão para me proteger do tiroteio, e durmo a noite toda. Se minha filha perder a chupeta [na rua], ela vai chorar a noite toda, porque deu oito horas da noite eu não saio mais de casa”.

Joana e Maria têm 14 anos. Quase todos os dias passam horas escondidas debaixo da cama para escapar aos tiroteios diários entre os grupos criminosos da sua comunidade.

O filho de Bárbara foi morto pela polícia. Ela chora sempre que conta os anos e os tormentos de tentar fazer com que os agentes responsáveis sejam presentes à justiça. A sua luta ainda continua.

A filha de Paula foi morta por traficantes

de droga, por se ter recusado a revelar o paradeiro do seu marido.

Kátia tranca os seus filhos em casa quando vai para o trabalho. Tem medo que, se saírem, possam ser seduzidos a juntar-se a um qualquer grupo criminoso. Não pode pagar a ninguém para que tome conta deles.

Patrícia vê-se forçada a atravessar a cidade para fazer exames pré-natais. São viagens longas, dispendiosas e inconvenientes, mas o centro de saúde local fica numa área controlada por uma facção rival.

Estas são histórias de vida que se repetem em várias cidades do Brasil e que ilustram a batalha diária de todas as mulheres que, por entre a violência do crime e a da polícia, têm que continuar as suas vidas e criar os seus filhos em comunidades socialmente excluídas.

Porém, motivadas pelas suas lutas pessoais, têm vindo a desempenhar um

papel preponderante na busca por protecção e promoção de direitos e de acesso universal à justiça.

LEI MARIA DA PENHA

Maria da Penha suportou anos de violência nas mãos do marido, até ao dia em que este a baleou, deixando-a paraplégica. Apelou para tribunal e apesar de o acusado alegar que havia sido atacada durante um assalto, Maria da Penha marcou o seu nome naquele que foi um grande passo legal para as mulheres no Brasil: em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, após avaliar o seu caso, concluiu que o país falhou no seu dever de proteger as mulheres e que o mesmo se devia não apenas a uma tendência nítida de tolerância para com a violência doméstica, mas também à ineficácia do sistema judicial. Maria da Penha Maia Fernandes ficou imortalizada como precedente que levou à criação de uma lei, em 2006, que responsabiliza o Estado a agir com a devida diligência em casos de violência doméstica.

No entanto, apesar de ter sido um passo inovador, a desconfiança em relação às instituições do Estado é frequente entre as mulheres, uma vez que os seus direitos são violados pelo próprio sistema de várias maneiras: através do apoio a práticas policiais que resultam em execuções extrajudiciais; através da perpetuação de um sistema que demonstra que o acesso à justiça é, além de profundamente desigual, praticamente impossível; e através da condenação dessas mulheres a cenários de privação económica intensa uma vez que estas se vêem forçadas, não podendo deixar os filhos ao cuidado de ninguém, a ficar em casa, a viver de rendimentos claramente insuficientes, sem receber apoios do Estado. Segundo as próprias, a vergonha maior é a de terem que lutar por uma compensação que se revela, na grande maioria das vezes, meramente simbólica.

AS MULHERES E O CRIME

Infelizmente, a precariedade profunda obriga as mulheres, enquanto única fonte de sustento para toda a família, a adiarem as suas lutas por justiça e a afastarem-se das instituições estatais

como meios de apoio. Nas últimas duas décadas, assistimos a um aumento significativo do número de mulheres a dar entrada no sistema prisional, sendo que uma grande parcela delas é encarcerada por problemas relacionados com o tráfico de drogas e porte de arma.

A relação entre as mulheres e os traficantes de droga, em comunidades bastante controladas por grupos criminosos, é muito complexa: elas têm vindo a sentir-se atraídas por eles, na mesma medida em que permanecem um dos seus alvos principais. A tendência observada nos últimos anos mostra que as mulheres e as jovens adolescentes, em troca de protecção e status social, têm vindo a integrar os gangues criminosos em cada vez maior número, funcionando, na maioria dos casos, como correios de droga ou de armas, e até mesmo como moeda de troca em pagamentos de dívidas.

Uma das centenas de reclusas da penitenciária Talavera Bruce (Rio de Janeiro), de 31 anos, condenada por tráfico de droga, foi atraída pelo status social: **“Eu acho que tudo é a embriaguez do poder, do sucesso...as meninas acham que o cara que tá portando uma arma, ele pode dar uma posição para ela de destaque”**. Já Beatriz, com apenas 17 anos e condenada por porte de arma e assalto à mão armada, terá sido apenas mais uma das muitas meninas e mulheres que são escolhidas pelos traficantes por estarem menos sujeitas a serem revistadas, dada a predominância de agentes do sexo masculino – numa tentativa de controlar o tráfico de droga, é habitual os residentes das favelas serem sujeitos a revistas à entrada ou saída dos bairros: **“Eu nunca usei arma. Mulher não...é mais homem. Ah...mas já vi muita menina levar arma para o garoto, para ele roubar. Leva até ele, depois ele faz o assalto e depois entrega a ela para ela levar de volta para a favela”**.

ORDEM E PROGRESSO

Apesar de todos os relatos que dão conta de vidas difíceis, de perdas várias, de longas lutas e de algumas escolhas erradas, o facto é que, tal como se pode ler na bandeira do Brasil, o país tem feito progressos no sentido da criação de políticas públicas de protecção e garan-

tia dos direitos das mulheres. Por exemplo, o Governo de Lula da Silva criou uma Secretaria Especial para a Mulher, que se espera que, em breve, se transforme em Ministério, demonstrando claramente que a administração brasileira tem olhado com mais respeito para a problemática dos direitos da mulher.

Está em marcha outra medida conhecida como PRONASCI, um programa nacional para o combate à insegurança. Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens dos 15 aos 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei, presos ou egressos do sistema prisional.

A Amnistia Internacional congratula-se com as iniciativas, no entanto, temos a convicção profunda que é imperativo que tanto a criação do Ministério da Mulher, como a implementação do PRONASCI sejam medidas, de facto, eficazes e direccionadas para a resolução dos problemas das mulheres e não apenas meras declarações de intenções. É particularmente importante que o PRONASCI tenha em consideração as diferenças de género já que, uma vez que as mulheres fazem parte do problema, não é possível deixá-las de fora da solução.

Saiba mais pelo relatório da Amnistia Internacional intitulado **“Por Trás do Silêncio: Experiências de Mulheres com a Violência Urbana no Brasil”**, acessível em www.amnistia-internacional.pt (Aprender / Revista da Amnistia Internacional).

Assista ainda ao documentário **“Elas da Favela”**, disponível em www.youtube.com/user/aiportugal

VAMOS APELAR EM NOME DAS MULHERES BRASILEIRAS

É urgente apelar às autoridades brasileiras para que tenham em conta as necessidades específicas das mulheres que habitam as violentas favelas existentes no país. Participe enviando ao Ministro da Justiça o postal que se encontra no interior desta revista.

EM ACÇÃO NACIONAL

A Amnistia Internacional Portugal do Interior ao Litoral

No seguimento das remodelações que têm ocorrido no “Notícias da Amnistia Internacional Portugal”, esta secção da revista sofreu uma mudança. Ao invés de apresentarmos as acções realizadas nos últimos meses pelos grupos e núcleos da organização, como temos feito, vamos em cada edição conhecer por dentro duas das estruturas locais da Amnistia Internacional, para que fique a saber como funcionam e para que conheça as actividades planeadas para os próximos meses. Neste número viajamos do Interior para o Litoral português

NÚCLEO DE ESTREMOZ A ILUMINAR O ALENTEJO



Alguns elementos do Núcleo, na Feira das Escolas.

A fechar o mês de Março, o Núcleo de Estremoz da Amnistia Internacional (AI) Portugal esteve na Feira das Escolas, um evento de grande visibilidade na região, para divulgar o trabalho da organização não governamental (ONG) de defesa e promoção dos direitos humanos. Logo depois arregaçou as mangas para preparar a exposição que antecipa os 28 anos da secção portuguesa da AI (que se celebra a 18 de Maio), patente durante todo o mês de Abril no Teatro Bernardim Ribeiro, em Estremoz, por ocasião dos festejos do 25 de Abril. Nesse mesmo mês, e no mesmo local, vai ser ainda possível conhecer alguns dos anúncios publicitários feitos pela AI Portugal ao longo dos anos, que serão transmitidos

nos intervalos das sessões do cinema. O Núcleo de Estremoz está também a preparar actividades para Maio, das quais podemos já anunciar uma sessão pública para falar sobre liberdade religiosa.

Acções de promoção dos direitos humanos que o núcleo da AI promove desde Janeiro de 2006, embora a ligação à organização exista há mais anos. Na altura, recorda Maria do Céu Pires, coordenadora do núcleo, “lancei o desafio a colegas e amigos para criarmos um grupo local da AI Portugal”. Recorde-se que cada secção da ONG, nos vários países do mundo, tem apenas um ou dois escritórios, pelo que o seu trabalho só pode chegar a todas as pessoas se houver vo-luntários que acreditam no movimento e que queiram lutar por (e com) ele no resto do país. Céu Pires conseguiu descobrir quase uma dezena e meia destas pessoas, a maioria professores da Escola Secundária Rainha Santa Isabel, no entanto, não esconde que este é o maior obstáculo com que o grupo se depara. “**A barreira mais difícil de vencer é o alheamento perante os problemas de que tratamos. As pessoas estão imersas na rotina do quotidiano e interiorizam a ideia de que não vale a pena fazer nada...**”

Para a coordenadora, este é um mal geral, mas sente-se muito no interior português. “**Estremoz é uma cidade particularmente fechada. As pessoas têm pouco espírito de cidadania**”, lamenta. Uma indiferença que não contagia os 13 elementos do núcleo, que continuam a

organizar tertúlias mensais, no Atejazz Café, a fazer sessões sobre direitos humanos em escolas, procurando sensibilizar os mais novos, a enviar cartas-apelo, para que as violações aos direitos humanos terminem e a divulgar a actividade da AI. Tudo, garantem, com um enorme orgulho. “**Sentimo-nos reconfortados com a ideia de podermos fazer alguma coisa, por pequena que seja, em defesa dos Direitos Humanos. Sentimo-nos ligados a uma espécie de «cadeia universal» em defesa da dignidade dos seres humanos**”. Até porque, “**como pode um ser humano ser feliz convivendo passivamente com a injustiça, a falta de liberdade, a pobreza e todas as outras situações violadoras dos mais elementares direitos?**”.

Se é de Estremoz, junte-se ao Núcleo! Eles estão à sua espera...

FICHA TÉCNICA

Núcleo de Estremoz da AI Portugal

COORDENADORA: Maria do Céu Pires

LOCAL DE ENCONTRO: Escola Secundária Rainha Santa Isabel

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES: Mensais

CONTACTO: amnistiaetz@gmail.com ou 213 861 652

NÚCLEO DO OESTE CALDAS DA RAINHA A DINAMIZAR O LITORAL



Alguns elementos do Núcleo, durante uma acção de rua.

Resumir, num parágrafo, todas as actividades desenvolvidas nos últimos tempos pelo Núcleo do Oeste da Amnistia Internacional (AI) Portugal, revelou-se tarefa impossível. Por isso, e para que se perceba a diversidade de acções que desenvolvem, iremos revelar apenas as agendadas para os tempos mais próximos. Já nos próximos dias 18 e 28 de Maio, o Núcleo dirige um pedido à população local, para que acenda uma vela pela Amnistia Internacional, assinalando assim o seu aniversário. Para Junho estão programadas mais duas actividades, uma pelo Dia Mundial da Criança e outra para simular o massacre que ocorreu na Praça de Tiananmen, na China, em 1989. A chegada da época balnear levará depois o Núcleo para as movimentadas praias da região, onde vai estar com uma tenda que visa promover os direitos humanos.

Ideias, bem originais, que são dinamizadas nas ruas das Caldas da Rainha, Alcobaça, Nazaré, Peniche, Lourinhã, entre outras. Importa acrescentar que o Núcleo da AI está também muito voltado para o trabalho de educação para os direitos humanos, nas escolas da região. **“Fazemos todo o tipo de acções que nos pareçam que vão contribuir para que se criem, na população, hábitos de defesa dos direitos humanos”**, explica Teresa Mendes, coordenadora do núcleo. Revela ainda que, para poderem fazer tantas actividades, é comum estabelecerem parcerias, **“porque há outras organizações que têm trabalho feito na defesa dos direitos humanos”**, como a rede *aequo*, a PSP, a Associação Forense e a Associação Património Histórico. Outro

apoio importante, e incansável, tem sido o da comunicação social local, diz Teresa Mendes. E aconselha: **“todos os grupos deviam explorar esta área, porque a imprensa local vive das notícias locais e as acções de uma organização como a AI são desejáveis”**.

No entanto, nem tudo corre sempre sobre rodas e o Núcleo conta com os universais obstáculos da falta de tempo e das complicações de ordem logística. Situações que são contornáveis com o esforço e a dedicação dos nove membros do núcleo e com a receptividade da população local. **“Parece-me que as pessoas ficam orgulhosas por terem um Núcleo da AI na região Oeste”**, refere Teresa Mendes, e acrescenta: **“percebe-se que reconhecem o trabalho importantíssimo da organização e que gostam da facilidade de nos contactarem aqui tão perto”**. Uma proximidade que existe desde Novembro de 2002, apesar do núcleo ter sido renovado há cerca de três anos. Na altura, recorda a coordenadora, o núcleo estava desactivado e **“nós fomos convidados para reactivá-lo, fizemos uns dias de formação e pusemos mãos ao trabalho”**. Desde então, nunca mais pararam... Talvez porque, como refere Cipriano, um dos seus activistas, **“sinto-me útil por poder ser o instrumento de transmissão de valores tão altos como são a defesa dos direitos humanos”**.

Faça o mesmo... Junte-se ao Núcleo do Oeste da Amnistia Internacional!

FICHA TÉCNICA

Núcleo do Oeste / Caldas da Rainha da AI Portugal

COORDENADORA: Teresa Mendes

LOCAL DE ENCONTRO: Sede, no centro das Caldas da Rainha

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES: Sempre que necessário

CONTACTO: ai.nucleooeste@gmail.com ou 213 861 652

Realizou-se a 28 de Março a Assembleia Geral Ordinária da Amnistia Internacional Portugal, que não teria sido possível sem o apoio incondicional da Escola Superior de Comunicação Social. A AI Portugal agradece. As conclusões e deliberações estão disponíveis em <http://tinyurl.com/cc3au>

Pode contactar os Grupos e Núcleos da Amnistia Internacional através de:

GRUPO LOCAL 01 - Lisboa • (coordenador/a a designar) lenabreu@yahoo.com

GRUPO LOCAL 03 - Oeiras • Lucília José Justino: zjustino@gmail.com

GRUPO LOCAL 06 - Porto • Virgínia Silva: amnistia.porto@gmail.com / aiporto.blogspot.com

GRUPO LOCAL 14 - Lourosa • Valde-
mar Mota: aigrupo14@gmail.com

GRUPO LOCAL 16 - Ribatejo Norte • Yvonne Wolf: yvonne_wolff@adsl.xl.pt

GRUPO LOCAL 18 - Braga • José Luís Gomes: ai18braga@gmail.com

GRUPO LOCAL 19 - Sintra • Fernando Sousa: ai.grupo19@gmail.com / grupo19aisp.no.sapo.pt

GRUPO LOCAL 24 - Viana do Castelo • Luís Braga: luismbraga@sapo.pt

GRUPO LOCAL 32 - Leiria • Maria Fernanda Ruivo: fernanda.ruivo@sapo.pt

GRUPO LOCAL 33 - Aveiro • Joana Valente: amnistiaveiro@gmail.com / amnistiaveiro.blogspot.com

NÚCLEO DE ALMADA • Marlene Oliveira da Conceição: ai.nucleoalmada@gmail.com / ai-nucleoalmada.blogspot.com

NÚCLEO DO OESTE - Caldas da Rainha • Teresa Mendes: ai.nucleooeste@gmail.com / aioeste.blogspot.com

NÚCLEO DE CASTELO BRANCO (a designar) • ai_nucleo_castelobranco@yahoo.com / amnistiicastelobranco.blogspot.com

NÚCLEO DE CRIANÇAS - Vila Nova de Famalicão • Vitória Triães, vitoriatriaes@msn.com

NÚCLEO DE ESTREMOZ • Maria do Céu Pires: amnistiаетz@gmail.com

NÚCLEO DE TORRES VEDRAS • Ana Lopes: aitorresvedras@gmail.com / blog.comunidades.net/aitorresvedras

NÚCLEO DE MATOSINHOS • Otilia Gradim Reinho: amnistia.matosinhos@gmail.com / nucleodematosinhos.blogspot.com

NÚCLEO DE GUIMARÃES • Cristina Lima: amnistia.guimaraes@gmail.com

GRUPO SECTORIAL EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS • Fernanda Sousa: mfpsousa@sapo.pt

CO-GRUPO DA CHINA • Maria Teresa Nogueira: nogueiramariateresa@gmail.com

CO-GRUPO DA PENA DE MORTE • Raul Gaião: raullealg@gmail.com

GRUPO DE JURISTAS • Sónia Pires: sonia.c.pires@gmail.com

EM ACÇÃO JOVEM

Está também nas vossas mãos

Para a Amnistia Internacional Portugal, os jovens são o futuro e a esperança num mundo melhor. Acreditamos que podem fazer a diferença e, por isso, temos várias acções e ideias pensadas exclusivamente para vocês. Deixamos aqui algumas delas, para que te juntes à Amnistia Internacional. Vem ser um defensor dos direitos humanos



A REDE DE ACÇÕES URGENTES DA AMNISTIA INTERNACIONAL



é enviar cartas. E a tua assinatura tem muito poder. Junta-te à Rede de Acções Urgentes Júnior escrevendo para boletim@amnistia-internacional.pt e passas a receber todas as informações no teu email. **Contamos contigo!**

A AMNISTIA INTERNACIONAL E AS NOVAS FERRAMENTAS NA INTERNET

hi5

twitter

facebook

OLÁ A TODOS!

Por fim, a **ReAJ, Rede Jovem da Amnistia Internacional (AI)**, começa a ser consolidada. Após a reunião inicial de apresentação, temos vindo a fazer uma formação para que o campo de acção fique bem delimitado e para nos podermos vir a conhecer entre nós. Pretendemos estabelecer uma estrutura definitiva muito em breve, com a eleição de um Coordenador. Entretanto estamos atarefados a preparar o lançamento da ReAJ, que em princípio ocorrerá a 18 de Maio, dia em que a Amnistia Internacional comemora 28 anos em Portugal – certamente uma ocasião adequada para brindarmos a um novo e promissor braço da Amnistia.

Vem daí e junta-te a nós! Lutar pelos direitos humanos está nas mãos da nossa geração! Escreve-nos para redejovem.amnistia@gmail.com

Todos os meses, a Amnistia Internacional Portugal envia para o email dos seus mais jovens activistas um caso da vida real, uma história de um rapaz ou de uma rapariga igual a nós, que teve a infelicidade de nascer num país onde a violação aos direitos humanos faz parte do quotidiano.

Para que se perceba do que estamos a falar, refira-se que há adolescentes que são condenados à morte por roubarem ou, mais simplesmente ainda, pela sua homossexualidade, que é considerada um crime punível com pena capital em alguns Estados. Há também, em várias partes do mundo, dezenas de jovens que são detidos ou julgados injustamente, por crimes que não cometeram ou por defenderem os direitos humanos.

Casos, muitos, que envolvem adolescentes e jovens como tu. Não fiques de braços cruzados. Tudo o que tens de fazer

A secção portuguesa da Amnistia Internacional aderiu às novas formas de comunicação, na Internet, e juntou-se ao **Twitter**. Agora, é mais fácil e rápido receber as nossas notícias e estar a par das nossas actividades, em tempo real. Procura-nos em <https://twitter.com/amnistiapt>, torna-te nosso seguidor e passas a receber, na tua página, todas as informações. Com o **Twitter**, o movimento de promoção e defesa dos direitos humanos pode ser ainda mais activo!

A Amnistia Internacional Portugal reúne todos os seus amigos no **Hi5**. Aqui podes ficar a conhecer melhor a organização não governamental e algumas das acções e campanhas que estão a ser desenvolvidas. Junta-te a nós. Estamos em <http://aiportugal.hi5.com/>

A AI Portugal está também na comunidade virtual **Facebook**, à qual só podes aceder se estiveres registado. Vem conhecer o nosso perfil e partilhar informação. Escreve-nos... Os teus comentários são importantes!

OS VÍDEOS DA AMNISTIA INTERNACIONAL

Os vídeos publicitários da Amnistia Internacional Portugal estão todos disponíveis em www.youtube.com/user/aiportugal. Destacamos os anúncios da campanha “*Não à Discriminação*”, os vídeos sobre a “*Violência Doméstica*”, pelo fim da “*Intolerância*” e ainda a publicidade que visa alertar para a necessidade de “*Controlar as Armas*”.

Nesta página do **YouTube** encontrarás ainda vídeos de algumas das actividades realizadas nos últimos tempos pela Amnistia Internacional. Visita-nos e partilha os nossos vídeos com os teus amigos. Usa-os para ajudar a alertar o mundo para questões importantes de direitos humanos. Passa a palavra!

UMA BOA IDEIA PARA A TUA ESCOLA: CANTAR OS PARABÉNS À AMNISTIA INTERNACIONAL



No próximo dia 28 de Maio, a Amnistia Internacional completa 48 anos de existência. Lançamos-te, por isso, um desafio:

junta o teu grupo de amigos e faz um vídeo de “Parabéns” para a organização não governamental que há quase cinco décadas promove e defende os direitos humanos em todo o mundo.

Envia depois o teu vídeo, com duração máxima de 3 minutos, para boletim@amnistia-internacional.pt. Faz isto até ao dia 24 de Maio e depois vê os vídeos em [http://www.youtube.com/user/aniversarioamnistia](http://www.youtube.com/user/ aniversarioamnistia). Os Parabéns que todos os activistas cantarem vão ser difundidos no site oficial da Amnistia Internacional (em www.amnistia-internacional.pt) precisamente no dia 28 de Maio.

Afina a voz e canta! A Amnistia internacional agradece!



O “NOTÍCIAS DA AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL” PEDE DESCULPA...

... ao **Nelson Évora**, Medalha de Ouro de Triplo Salto dos Jogos Olímpicos de Pequim, porque na última edição da revista foi publicada a sua fotografia e um pequeno texto onde, por lapso, a última frase ficou cortada. Agradecemos uma vez mais o incentivo que o atleta quis deixar a todos os activistas da Amnistia.

GRUPOS DE ESTUDANTES DA AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL

(Coordenadores e emails/blogs)

• GE DO COLÉGIO DE SÃO MIGUEL (Fátima)

Sandra Maurício: ai_csm@live.com.pt

• GE DO COLÉGIO DIOCESANO DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (Calvão)

Jorge Carvalhais: amnistia@colegiocallvao.org

• GE DA ESCOLA BÁSICA 2,3 NUNO GONÇALVES, (Lisboa)

Iolanda Machado: iolandamachado@gmail.com

• GE DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA

Rosaria Rego: grupoestudantes_esa_amnistiainternacional@hotmail.com

• GE DA ESCOLA SECUNDÁRIA ANTERO DE QUENTAL (S.Miguel, Açores)

Fernanda Vicente: antero.quental@mail.telepac.pt

• GE DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ERMESINDE

Maria Arminda Sousa: ai-ese@sapo.pt / ai-ese.pt/vu

• GE DA ESCOLA SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA (Porto)

Carla Ferreira: carlafariaferreira@hotmail.com

• GE DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA LAMAS (Torres Novas)

Teresa Gomes: teresinha_mfrg@hotmail.com

• GE DA ESCOLA SECUNDÁRIA SANTA MARIA MAIOR (Viana do Castelo)

Cristina Soares: crisoares@hotmail.com

• GE DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Ana Matos Ferreira: nucleoai.fdul@gmail.com

• GE DO ISCTE

Ana Monteiro: amnistiaiscte@yahoo.com

Se ainda não existe um Grupo da Amnistia Internacional na tua escola, podes ser tu a criá-lo. Nós dizemos como. Escreve-nos para l.marques@amnistia.internacional.pt ou telefona para o 213 861 652 e fala com **Lúisa Marques**.

BOAS NOTÍCIAS

EUA / GUANTÁNAMO BINYAM MOHAMED FOI LIBERTADO



Na edição de Setembro do “Notícias da Amnistia Internacional Portugal” foi lançado um Apelo Mundial em nome de **Binyam Mohamed**, um etíope de cida-

dania inglesa, com 30 anos de idade, detido nas instalações norte-americanas de Guantánamo desde 2004, por alegadamente conspirar com a Al Qaeda e apoiar materialmente o terrorismo. A boa notícia, da libertação de Binyam, chegou a 23 de Fevereiro, quando aterrou no aeroporto da força aérea britânica de Norholt.

Recorde-se que o etíope foi sistematicamente torturado e privado de vários outros direitos humanos, razão pela qual, à chegada a Inglaterra, não conseguiu enfrentar a comunicação social. Não quis deixar, no entanto, de expressar a sua gratidão a todas as pessoas que apelaram em seu nome, numa carta divulgada pelo seu advogado. **“Eu sei que não estaria de regresso a casa, no Reino Unido, se não fosse pelo apoio de todos. Na verdade, não estaria vivo sequer”**.

Acrescenta, contudo, que não esquece

as torturas de que foi alvo. **“Passei por uma experiência que nunca esperei encontrar nem nos meus pesadelos mais sombrios”**. Sente, por isso, que tem o dever de assegurar que o mesmo não acontece a mais ninguém. **“Não estou a pedir vingança; apenas que a verdade seja conhecida, para que mais ninguém no futuro tenha que suportar o que eu suportei”**. A Amnistia Internacional pede agora ao governo britânico que investigue as acusações de maus tratos a Binyam Mohamed e a outros detidos de Guantánamo.

No momento da libertação, foram recordados os 240 prisioneiros que continuam em Guantánamo, muitos deles inocentes como Binyam. No seu caso, conseguimos fazer justiça. Obrigada a todos os que enviaram apelos em seu nome. **As vossas cartas fizeram toda a diferença!**

BRASIL

KATIA CAMARGO FINALMENTE EM SEGURANÇA

Há mais de um ano que a brasileira **Katia Camargo e os seus dois filhos, de 11 e 15 anos**, estavam a ser perseguidos e ameaçados por pessoas ligadas ao assassinato do seu marido, Luiz Carlos Barbon, um jornalista morto em Maio de 2007. Recorde-se que era conhecido por investigar casos de corrupção e crime envolvendo oficiais do Estado.

Quatro polícias foram detidos pelo seu assassinato, mas isso não impediu que as ameaças continuassem a Katia e aos seus filhos. Felizmente, no seguimento da pressão feita pelos membros e apoiantes da Amnistia Internacional, no passado dia 5 de Janeiro foram colocados num programa de protecção de testemunhas.

COLÔMBIA

MAIS REFÊNS LIBERTADOS

No início de Fevereiro, as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) libertaram mais seis reféns, como tinha sido anunciado no final do ano passado. Os primeiros foram três polícias, Walter Guarizo, Alexis Zapata e Juan Uribe, raptados em 2007. Saiu na mesma altura em liberdade um soldado, William Castro, capturado há dois anos. Os últimos a serem entregues ao Comité Internacional da Cruz Vermelha foram o antigo governador Alan Jara, refém desde 2001, e o ex-deputado regional Sigifredo López.

Para a Amnistia Internacional, que há vários anos faz campanha contra os desaparecimentos forçados, estas são muito boas notícias, mas é preciso lembrar que dezenas de pessoas continuam reféns das guerrilhas colombianas. Devem todos ser imediatamente libertados.

ACTUALIZAÇÃO DE CASOS



Abranches Penicelo • Na última edição do “Notícias da Amnistia Internacional Portugal” foi lançado um apelo em nome de Abranches Penicelo, um moçambicano assassinado a 14 de Agosto de 2007 por um grupo de policiais que a vítima conseguiu identificar, no hospital, minutos antes de morrer. Um deles foi entretanto detido, a 11 de Janeiro de 2009, acusado do crime. E o caso continua, aparentemente, a ser investigado.

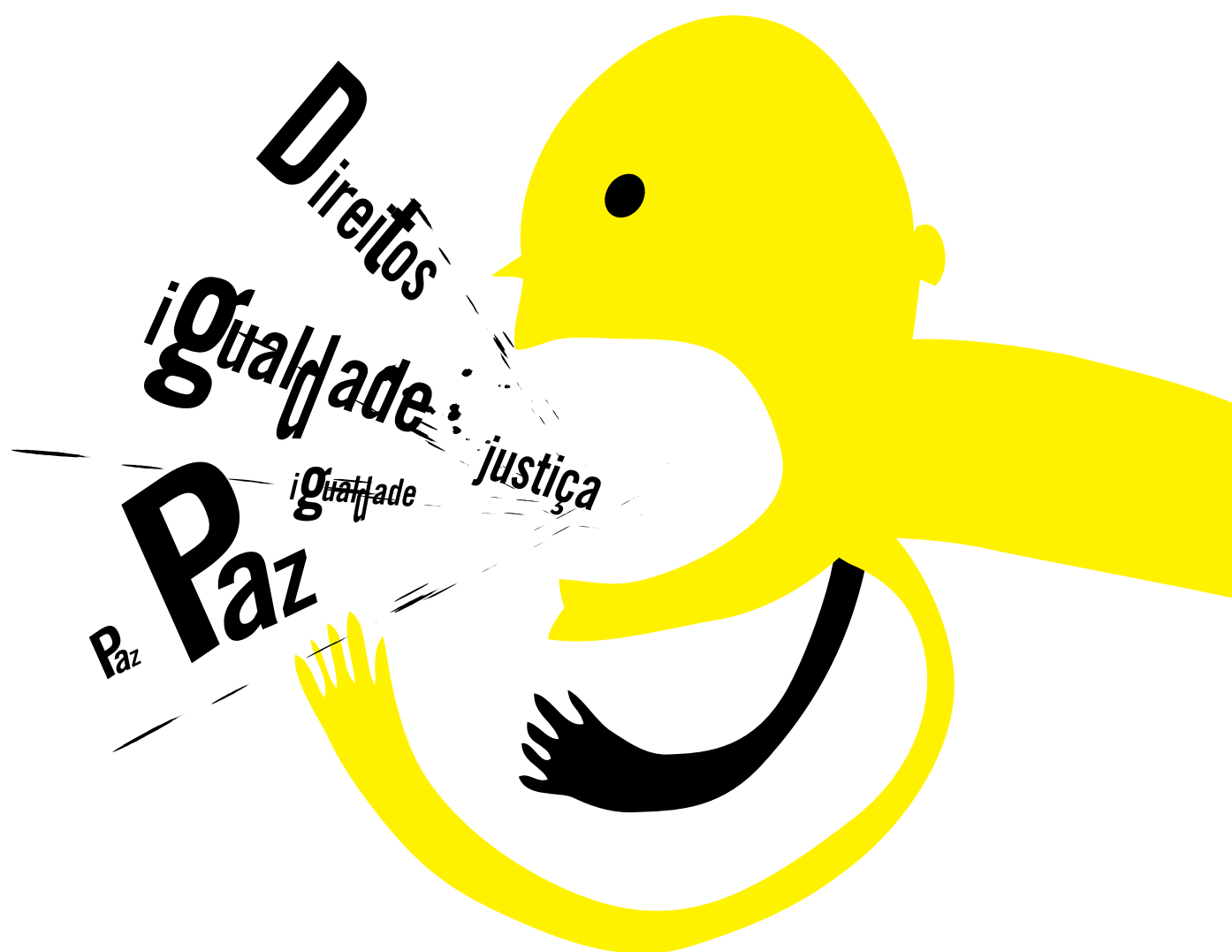
APELOS MUNDIAIS

O movimento da Amnistia Internacional começou com a indignação do advogado londrino Peter Benenson, perante a notícia de prisão de dois jovens portugueses, que no início dos anos 60 brindaram “Viva à Liberdade”. Hoje Portugal está longe desta realidade, mas em muitos países do mundo há milhares pessoas que continuam a ser injustamente presas ou condenadas.

Nas páginas seguintes apresentamos quatro situações urgentes de pessoas iguais a nós, que sofreram violações graves aos seus direitos enquanto seres humanos.

É URGENTE QUE SEJA FEITA JUSTIÇA!

ELAS PRECISAM DA NOSSA AJUDA! E A SUA ASSINATURA PODE FAZER TODA A DIFERENÇA!



GUINÉ EQUATORIAL

Nove pessoas detidas sem qualquer acusação



Marcelino Esono, Santiago Asumu, Juan Ekolo, Filémon Ondó, António Otego, Beatriz Ondó e Gerardo Micó, são sete cidadãos da Guiné Equatorial, do partido da oposição União Popular, que, entre os dias 18 de Fevereiro e 1 de Março, foram detidos sem mandato ou acusação na cidade de Bata e em Malabo. Dois outros homens, Norberto Nsue Micha e Luís Nzo Ondó, do mesmo partido, foram presos a 22 de Março.

As detenções ocorreram no seguimento do ataque ao Palácio Presidencial de 17 de Fevereiro, que resultou na morte de um dos atacantes após um intenso tiroteio com os guardas. O Presidente do país, Teodoro Nguema, não se encontrava na residência oficial, mas dias depois veio dizer, na televisão nacional, que houve cidadãos guineenses a colaborar e a financiar a tentativa de golpe de Estado. Admitiu não saber quem foram, mas garantiu que seriam julgados por “agressão e terrorismo”.

As nove pessoas que referimos foram entretanto levadas para a prisão de Malabo, mas continuam sem qualquer acusação formal ou julgamento, numa clara contradição com a lei nacional, que exige um mandato de captura para o aprisionamento e estipula que os presos devem ser informados das acusações de que são alvo e presentes a tribunal num prazo de 72 horas.

A Amnistia Internacional acredita que os nove foram detidos apenas pela sua filiação política, o que os torna prisioneiros de consciência. Acrescente-se que não é a primeira vez que alguns deles são presos. Desta vez, pelo menos dois dos nove detidos, Marcelino e Santiago, denunciaram terem sido torturados durante os interrogatórios. Perante as detenções ilegais, é urgente exigir às autoridades a libertação imediata dos nove prisioneiros de consciência e investigar os alegados maus tratos. **Participe! Contamos consigo.**

(Carta-apelo em anexo no interior desta revista, bastando apenas assinar, colocar a cidade e o país de onde envia o apelo e a data)

RÚSSIA

Caso de Anna Politkovskaya volta ao início



Aos 48 anos, a jornalista e defensora dos direitos humanos russa Anna Politkovskaya foi assassinada no elevador do prédio onde morava, em Moscovo, a 7 de Outubro de 2006. Refira-se que era conhecida por denunciar as atrocidades cometidas pelo exército russo contra o povo checheno. Ao mesmo tempo tecia duras críticas ao seu governo, tornando pública a corrupção entre as estruturas estatais e a brutalidade policial. Pela sua coragem, era reconhecida em todo o mundo, mas recebia também fortes ameaças, que culminaram no seu assassinato.

Pouco depois do crime, foi aberto um inquérito na Procuradoria-Geral. Em Junho de 2008 quatro homens foram acusados de ajudarem a organizar o assassinato de Anna. Segundo a Procuradoria, o ex-polícia Sergei Khadzhikurbanov teria sido o responsável por contratar os criminosos. Entre eles estariam os irmãos Dzhabrail e Ibragim Makhmudov, que mantinham Politkovskaya sob vigilância. No dia do crime, o primeiro e um outro irmão, Rustam, teriam ido até ao prédio de Anna e cometido o assassinato. Face às provas reunidas, foram acusados dois irmãos Makhmudov, Sergei Khadzhikurbanov e um ex-tenente-coronel dos serviços secretos russos, Pavel Riaguzov, por transmitir informações sobre a jornalista aos autores materiais do crime.

O julgamento dos quatro homens começou a 17 de Novembro de 2008, em Moscovo, tendo terminado a 19 de Fevereiro, quando o júri decidiu que as provas apresentadas suscitavam dúvidas, não sendo suficientes para condenar os réus. O caso regressou ao Comité de Investigação da Procuradoria-Geral. A Amnistia Internacional lamenta que nada tenha ficado provado, mas, como disse a advogada de acusação: “Anna não teria querido que alguém fosse sentenciado por um crime que não tivesse cometido”.

Assim, o mais importante agora é apelar para que as investigações prossigam e para que a morte de Anna Politkovskaya não fique impune. É também fundamental exigir à Rússia maior liberdade para os jornalistas no território. **Participe! Contamos consigo.**

(Carta-apelo em anexo no interior desta revista, bastando apenas assinar, colocar a cidade e o país de onde envia o apelo e a data)

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Cubana impedida de visitar marido na prisão



Em 1998, o marido de Olga Salanueva, René González, foi detido com outros quatro homens, todos de nacionalidade cubana, acusados de “actuarem como agentes não registados de um governo estrangeiro”. O seu julgamento decorreu entre Novembro de 2000 e Dezembro de 2001, tendo René sido condenado a quinze anos de prisão. Ainda antes disso, Olga foi deportada para Cuba, alegadamente porque o marido recusou negociar a sua pena, o que permitiria a permanência da família nos Estados Unidos da América, onde, acrescente-se, estavam legais.

Já em Cuba, em Março de 2002, Olga solicitou às autoridades norte-americanas um visto temporário para visitar o marido. A entrada foi-lhe concedida, mas poucos dias antes da viagem o visto foi revogado. Segundo as autoridades, tal prendeu-se com questões de segurança nacional, pois acreditam que esteja envolvida com o terrorismo e a espionagem. Ressalve-se que a cubana nunca foi acusada de nada. Olga tornou então a pedir vistos temporários, mas estes foram-lhe sempre negados, por nove vezes,

sob diferentes justificações. No passado mês de Março, Olga recebeu a última recusa e foi informada que está permanentemente inelegível para vistos de entrada no país, ou seja, que nunca mais os poderá solicitar.

Com tudo isto, Olga Salanueva não vê o marido há quase nove anos e a filha mais nova do casal, Ivette, ficou sem ver o pai até 2006, quando teve idade suficiente para viajar acompanhada de outro familiar. Embora a Amnistia Internacional não tenha tido acesso às provas nas quais o Governo norte-americano assenta as recusas do visto, impedir a visita dos familiares dos prisioneiros é uma forma de punição desnecessária e que contradiz os padrões internacionais que exigem o tratamento humano dos detidos.

É imperativo apelar às autoridades norte-americanas para que cumpram as suas obrigações internacionais e permitam que Olga Salanueva visite o marido. **Participe! Contamos consigo.**

(Carta-apelo em anexo no interior desta revista, bastando apenas assinar, colocar a cidade e o país de onde envia o apelo e a data)

MYANMAR

Penas severas para defensores dos direitos humanos



Em Agosto de 2007, as televisões mostravam os protestos no Myanmar, que terminaram no final de Setembro, com uma violenta repressão por parte das autoridades. Começou então a caça aos organizadores das manifestações, o que obrigou muitos a esconderem-se. Foi o caso de Htay Kywe, de 40 anos, de Mie Mie, de 39 anos e mãe de duas crianças, e de Zaw Htet Ko Ko, de 28 anos e pai de um bebé. A 13 de Outubro de 2007 os três foram detidos na casa que lhes servia de esconderijo, em Yangon.

Os activistas, e pelo menos mais 32 pessoas, foram acusados de: associação ilegal; distribuição de material escrito sem autorização da censura; e por criticar o Governo. No total, Htay Kywe e Mie Mie enfrentaram nove acusações e Zaw Htet Ko Ko seis. Antes dos julgamentos, os arguidos exigiram não irem algemados para a audiência, ser permitida a entrada aos jornalistas e que o julgamento fosse público. Tudo isto foi ignorado.

Nesta altura, não decorreram ainda todos os julgamentos que os activistas terão de enfrentar, no entanto, registre-se que Htay Kywe e Mie Mie acumulam já penas que perfazem 65 anos de prisão, enquanto líderes dos protestos, e Zaw Htet Ko Ko foi condenado a onze anos de detenção. Os três prisioneiros correm ainda sérios riscos de tortura, acreditando-se que alguns tenham já sofrido maus tratos. Para além disso, está a ser-lhes negado tratamento médico adequado, quando Htay Kywe tem tensão alta e Mie Mie um problema de coração.

Para a Amnistia Internacional, os três activistas são, na verdade, prisioneiros de consciência, perseguidos e condenados por pertencerem ao movimento pró-democracia “Geração de Estudantes de 88” (em memória da revolta que ocorreu nesse ano depois de 26 anos de ditadura militar).

Perante tudo isto, é urgente exigir a libertação imediata dos três activistas e solicitar que recebam tratamento adequado enquanto estão na prisão. **Participe! Contamos consigo.**

(Carta-apelo em anexo no interior desta revista, bastando apenas assinar, colocar a cidade e o país de onde envia o apelo e a data)

AGENDA

INDIE LISBOA 2009



Entre os dias **23 de Abril e 3 de Maio**, vai decorrer mais uma edição do festival internacional de cinema independente **Indie Lisboa**, ao qual a Amnistia Internacional Portugal está associada há cinco anos. À semelhança das edições anteriores, vai ser distinguido, no dia 2 de Maio, o filme que melhor representar a dignidade humana, ao qual será entregue o Prémio Amnistia Internacional, no valor de 1.000 euros. Quatro curtas metragens e oito longas estão a concorrer a esta distinção. Mais informações em www.indielisboa.com ou em www.amnistia-internacional.pt. Não perca!

ENTREGA-NOS AS TUAS ARMAS



No âmbito da campanha da Amnistia Internacional **“Controlar as Armas”**, está a ser lançado um desafio aos mais pequenos activistas para que, até ao final de Junho, entreguem à organização os seus brinquedos que sejam armas. Estes irão depois ser transformados, pela reconhecida artista **Joana Vasconcelos**, numa escultura que será tornada pública no Dia Internacional dos Direitos Humanos, a **10 de Dezembro**. Com o título **“A Guerra não é um Brinquedo”**, esta acção pretende sensibilizar os mais

novos, e os seus pais, para a importância dos brinquedos na formação das crianças. As “armas” podem ser entregues na Amnistia Internacional ou nas escolas básicas que se associem ao projecto. Se a escola do seu filho, ou a instituição onde trabalha, ainda não aderiu a esta iniciativa, escreva-nos para boletim@amnistia-internacional.pt

EM NOME DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Quando se assinala o Dia da Liberdade de Imprensa, a **3 de Maio**, a Amnistia Internacional e a Associação de Cartoonistas FECO Portugal realizam uma tertúlia para reflectir sobre a temática, que continua muito actual 35 anos depois do 25 de Abril. O debate servirá de mote para a inauguração de uma exposição internacional de cartoons sobre o tema **“A Liberdade é um Risco”**, que estará aberta ao público na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, em Telheiras, entre os dias 3 e 30 de Maio. Mais informações em www.amnistia-internacional.pt

ABERTO CONCURSO PELA DIGNIDADE HUMANA

A **28 de Maio**, quando a Amnistia Internacional lança a campanha **“Exija Dignidade”**, que visa nos próximos anos acabar com as violações aos direitos humanos que perpetuam situações de pobreza, a secção portuguesa da organização vai lançar o concurso: **“Arte para a Dignidade”**. Dividido em quatro categorias – escultura, pintura, fotografia e conto – o concurso dirige-se a artistas, profissionais ou amadores. As inscrições estão abertas até 15 de Julho e as obras, uma por artista, deverão ser entregues até 1 de Outubro. Um júri (a anunciar) irá analisar os trabalhos e distinguir os três melhores de cada categoria, sendo os resultados anunciados a 10 de Dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Mais informações brevemente em www.amnistia-internacional.pt ou pelo email boletim@amnistia-internacional.pt

UM MUNDO REUNIDO EM FAMÍLIAS



No próximo dia **28 de Maio**, quando a Amnistia Internacional lança a campanha **“Exija Dignidade”**, vai ser inaugurada uma exposição impactante, que poderá visitar, durante um mês, em frente ao Planetário, em Belém, Lisboa. A exposição, que vem pela primeira vez a Portugal graças a uma parceria entre a Amnistia Internacional e a empresa Terra Esplêndida, percorre o mundo através de retratos de famílias. O fotógrafo, o alemão Uwe Ommer, viajou durante quatro anos por dezenas de países para registar, em imagens, as famílias de todo o Planeta. Estas provam, uma vez mais, que apesar de sermos todos diferentes, temos muito em comum, neste caso, a família. Uma exposição a não perder.

PARABÉNS AMNISTIA INTERNACIONAL

O mês de Maio traz bons motivos para afinar a voz e cantar os Parabéns. **Logo no dia 18, a secção portuguesa da Amnistia Internacional completa 28 anos de existência e dez dias depois, a 28 de Maio, celebra-se a criação da Amnistia Internacional por Peter Benenson, em 1961.** Por isso afine a sua voz e cante. Saiba mais na rubrica “Em Acção Jovem” desta revista. O Núcleo do Oeste/Caldas da Rainha da Amnistia Internacional pede ainda que, em ambos os dias, todas as pessoas da região acendam uma vela

junto à janela. Mais informações sobre estas e outras acções em breve em www.amnistia-internacional.pt.

VAMOS CAMINHAR PARA ACABAR COM A FOME

Às 10 horas do dia 7 de Junho, o mundo inteiro vai unir-se para mais uma **Marcha Contra a Fome**. O evento, que se realiza na mesma data e à mesma hora em centenas de países, tem como objectivo angariar fundos para minimizar as carências alimentares e educacionais das crianças. Cada pessoa contribui com cinco euros e vai marchar, em Lisboa e no Porto, com a t-shirt e o boné do evento, para que o mundo recorde a urgência de acabar com a fome. As inscrições poderão ser feitas na TNT, empresa organizadora do evento em Portugal, em algumas agências do BES e nas lojas SportZone. Mais informações em www.tnt.com

RELEMBRAR OS MILHÕES DE REFUGIADOS

No próximo dia **20 de Junho** é tempo de lembrar que, em todo o mundo, há pelo menos 11 milhões de refugiados e 26 milhões de pessoas deslocadas internamente, segundo dados do Alto Comis-

sariado das Nações Unidas para os Refugiados. Neste **Dia Mundial do Refugiado**, a Amnistia Internacional vai estar no Espaço Polivalente da Fundação de Oeiras para debater este flagelo, numa iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras. No local vai estar também patente uma exposição sobre um quarto de século de actividade da secção portuguesa da Amnistia Internacional.

AINDA HÁ VÍTIMAS DE TORTURA

No ano em que se assinalam os 25 anos da criação da Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a 26 de Junho, a Amnistia Internacional e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa vão reflectir sobre os resultados do *European Social Survey*. Este projecto consistiu num inquérito, desenvolvido entre 2001 e 2005, em mais de 20 países da União Europeia, que procurou analisar as mudanças de atitudes e de valores na Europa, ao nível, por exemplo, da imigração e da cidadania, entre muitos outros aspectos. Informações mais detalhadas sobre o evento, mais perto da data, em www.amnistia-internacional.pt

TOME NOTA

• 3 DE MAIO

Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

• 18 de MAIO

Aniversário da secção portuguesa da Amnistia Internacional

• 28 de MAIO

• Aniversário da Amnistia Internacional

• Lançamento do Relatório Anual da AI

• Lançamento da Campanha “Exija Dignidade”

• 4 de JUNHO

Assinalam-se 20 anos sobre o Massacre de Tiananmen, na China

• 20 de JUNHO

Dia Mundial do Refugiado

• 26 de JUNHO

Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura

• 17 de JULHO

Dia Mundial da Justiça Internacional

A Dignidade Humana Por Rodrigo de Matos



CRÓNICA

Em nome da liberdade

Por Rui Costa Pinto*



© Privado

Trinta e cinco anos depois do 25 de Abril, o medo regressou à sociedade portuguesa. O medo dos cidadãos em participar na vida do país e dos jornalistas em exercer o direito constitucional de informar. É preciso dizê-lo, repeti-lo, as vezes que forem necessárias, sobretudo quando existe uma ofensiva sem precedentes contra a liberdade de imprensa e as liberdades individuais.

Já ninguém se surpreende com um processo disciplinar por delito de opinião, com a suspeita de favorecimento de um empresário ou com um discurso desabrido de José Sócrates em relação à Comunicação Social.

Por acção de uma maioria política asfixiante, e de uma crise global, muitos são os que têm, novamente, de pagar um preço por não abdicarem da liberdade de expressão. Contudo, de uma forma geral, a maioria prima pela apatia e pelo silêncio, em nome da sobrevivência, gerando

um clima podre em que o direito à indignação é confundido com um qualquer tipo de heroísmo.

Os escândalos financeiros, as fraudes e as negociatas multiplicam-se, a um ritmo vertiginoso, sem uma resposta do Parlamento, dominado por quem confunde a legitimidade dos mandatos com a imposição implacável da soma dos votos. A crescente descredibilização da Justiça apenas tem servido para alimentar ainda mais a percepção de impunidade em relação aos poderosos.

Como nunca desde o 25 de Abril, é fundamental que os jornalistas não se deixem condicionar. É imperioso falar verdade, estar ao lado do cidadão e impedir que ele se sinta abandonado e à mercê de um aparelho de Estado prepotente e partidarizado.

A falta de transparência ao nível da governação e do Estado também atingiu limites intoleráveis. É preciso exigir responsabilidades sobre a atitude de sucessivos governos em relação aos voos da CIA e ao transporte ilegal de prisioneiros através de território português. É preciso exigir respostas sobre a dança de políticos que saltitam entre o poder Executivo e as empresas públicas e, agora, — pasme-se! —, directamente de um banco público para outro privado à custa da promoção de empréstimos ruinosos e finos com o dinheiro dos contribuintes. É preciso exigir decência a quem se agarra à cadeira de um órgão de Estado ao mesmo tempo que, diariamente, é tratado como um vulgar meliante. Em suma, é preciso exigir respeito pelos princípios de responsabilidade política e o dever de prestar contas públicas.

Hoje, e face a um primeiro-ministro que se julga acima do escrutínio, é preciso dizer que a Lei da Rolha não vingará. Seja qual for o assunto, da vergonha de Guantánamo à negociata do Freeport, da falta de meios à escandalosa morosidade dos inquéritos criminais, é preciso informar mais e melhor, pois só assim o medo não vencerá.

Hoje, é preciso mais trabalho, rigor e dignidade profissional, de forma a encarar de frente a arrogância, o autoritarismo e até quem tem o atrevimento de exibir o gosto por malhar.

Hoje, é preciso voltar a dizer: não temos medo! ✎

*O jornalista Rui Costa Pinto trabalhou já para vários órgãos de comunicação social, como o 'Diário de Notícias', a revista 'Visão', o extinto semanário 'O Independente', entre outros. Ficou recentemente conhecido por ter rescindido um contrato de trabalho com uma revista, ao ter sido impedido de publicar uma reportagem realizada nos Açores, sobre os voos da CIA em direcção a Guantánamo, que continha relatos de testemunhas que tinham avistado prisioneiros agrilhoados na Base das Lajes. O que não conseguiu denunciar na imprensa, está agora registado no seu livro «Voos 'Secretos' CIA — Nos Bastidores da Vergonha». Mais informações em www.rcpedicoes.com

AJUDE-NOS A DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO!

TORNE-SE DA MEMBRO AMNISTIA INTERNACIONAL

AMNISTIA INTERNACIONAL



PORTUGAL



© AP/PA Photo/Khalid Mohammed



© UNHCR/H Caux



© AP/PA Photo/Malafaz

TODOS OS DIAS, A TODA A HORA E A CADA SEGUNDO, SÃO VIOLADOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

A Amnistia Internacional trabalha para acabar com todos eles
Ajude-nos a defender os Direitos Humanos no mundo!

PODE AJUDAR-NOS:

- Tornando-se membro (e passando a participar nas reuniões e assembleias da Amnistia Internacional Portugal)
- Tornando-se um apoiante regular
- Enviando um donativo esporádico
- E participando activamente nas actividades que lhe propomos durante todo o ano

TODOS OS MEMBROS E APOIANTES DA AMNISTIA INTERNACIONAL RECEBEM:

- Informação periódica sobre as Acções e Campanhas da Amnistia Internacional, nas quais pode participar
- A revista trimestral da Amnistia Internacional com notícias e reportagens relacionadas sobre as mais variadas temáticas ligadas aos Direitos Humanos

CONCORDANDO COM A ACÇÃO DA AMNISTIA INTERNACIONAL:

1. Assinale uma das seguintes quatro opções:

DESEJO TORNAR-ME MEMBRO

Quota Anual: €40 €20 (Estudantes, Reformados e Desempregados)

DESEJO TORNAR-ME APOIANTE

Quantia do donativo: €25 €50 €100 €250 Outro: _____

Regularidade do donativo: Mensal Semestral Trimestral Anual

DESEJO FAZER UM DONATIVO PONTUAL

No valor de € _____

QUERO APENAS A REVISTA TRIMESTRAL (poupando sobre o preço da capa)

Assinatura por 1 ano (4 números) = 6 euros Assinatura por 2 anos (8 números) = 12 euros

2. Escolha a forma de pagamento:

Junto envio cheque nº _____ (ou vale de correio) no valor de: € _____

Sistema de Débito Directo*: NIB _____ (21 dígitos)

Número de Entidade: 100813 Referência: _____ a preencher pela AI

3. Deixe-nos os seus dados pessoais

** Nome: _____ **Contribuinte: _____

** Morada: _____

** Código Postal: _____ - _____ Profissão: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

** Contacto Telefónico: _____ Email: _____

Data: _____ Ass.: _____

* 1. Autorizo a minha entidade bancária a debitar da minha conta ao lado indicada, por sistema de débitos directos (SDD), a pedido da Amnistia Internacional - Secção Portuguesa, as importâncias indicadas e com a regularidade indicada 2. Estou informado de que os débitos poderão ser efectuados em datas distintas 3. A Amnistia Internacional apenas poderá alterar os montantes após uma informação prévia 4. Irei informar a minha entidade bancária, por escrito, caso pretenda cancelar as instruções aqui indicadas 5. Tenho conhecimento de que, caso algum débito (efectuado por SDD) não cumpra as instruções aqui indicadas, terei 5 dias úteis para reclamar junto da minha entidade bancária, que me devolverá o montante em causa.

** Dados de preenchimento obrigatório

Envie o cupão para:

AMNISTIA INTERNACIONAL - Secção Portuguesa
Av. Infante Santo, 42 - 2º andar
1350-179 Lisboa

AMNISTIA INTERNACIONAL
PORTUGAL



**AMNISTIA
INTERNACIONAL**
PORTUGAL



**Vamos premiar os cineastas
que não baixaram os braços na
luta pelos direitos humanos.**

Por isso, no Indie Lisboa deste ano,
a Amnistia Internacional volta a
entregar o seu prémio ao filme que
mais contribua para a divulgação de
valores relacionados com a
defesa da dignidade humana.

www.indielisboa.com



indie LISBOA'09

6º Festival Internacional de Cinema Independente

CINEMA SÃO JORGE | FÓRUM LISBOA | CINEMA LONDRES
MUSEU DO ORIENTE | CINEMA CITY CLASSIC ALVALADE

23 ABRIL A 3 MAIO



**O que não falta
são argumentos para
dar este prémio.**